



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

PROT O C O L O

PROCESSO nº 131/2008 de 22 de abril de 2008

INTERESSADO: Legislativo Municipal

LOCALIDADE: Bento Gonçalves

ASSUNTO: ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR
Nº109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A
FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL.

PROJETO-DE-LEI nº Complementar nº04/2008 de 22 de abril de 2008

COMISSÕES DE: Constituição e Justiça, Obras, Serviços Públicos e

Atividades Privadas

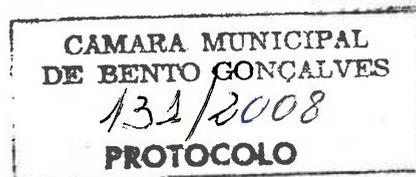
ARQUIVADO EM: 30/12/08

Secretário-Geral



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

Ao
Plenário da Câmara Municipal de Vereadores
Bento Gonçalves-RS



Os Vereadores abaixo firmados, submetem à apreciação desta Casa, o incluso projeto de lei, que **ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL.**

É público e notório o interesse da comunidade de Bento Gonçalves e da região, na construção do novo Presídio Regional, mesmo porque, o atual encontra-se interdito pelo Poder Judiciário, criando sérios problemas às autoridades e às famílias dos apenados, tendo em vista de que os presos estão sendo deslocados a Presídios de Comarcas distantes.

De outro lado, este Poder Legislativo tem obrigação de dar sua contribuição em favor da segurança pública e dos cidadãos, razão por que se preocupa em oferecer a matéria constante do presente projeto, que viabiliza esta importante obra, reclamada a muitos anos pela sociedade bento-gonçalvese e regional.

O Poder Executivo, por sua vez, vem se empenhando na solução do problema, tendo, inclusive, declarado área de utilidade pública, destinada à obra de construção do Presídio, e, mais recentemente, solicitando autorização de abertura de crédito especial para inclusão na LDO e no Plano Plurianual, da referida construção.

Tendo em vista a premência de tempo, pede-se que o projeto tramite em REGIME DE URGÊNCIA.

Sala das Sessões, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Vereador **IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI**
Presidente-Bancada PMDB

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**
Bancada do PT

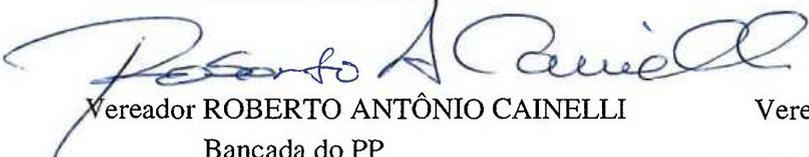


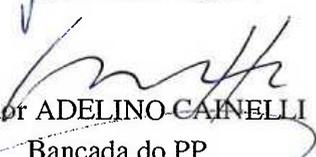
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

Processo nº131/2008

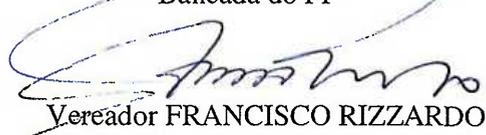

Vereador LEOPOLDO BENATTI
Bancada do PMDB

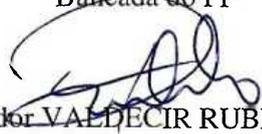

Vereador MÁRIO GABARDO
Bancada do PMDB


Vereador ROBERTO ANTÔNIO CAINELLI
Bancada do PP


Vereador ADELINO CAINELLI
Bancada do PP


Vereador VANDERLEI SANTOS
Bancada do PP


Vereador FRANCISCO RIZZARDO
Bancada do PDT


Vereador VALDECIR RUBBO
Bancada do PDT


Vereador ANTÔNIO CAMERINI
Bancada do PDT


Vereador JAIR BARUFFI
Bancada do PTB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

**ALTERA, COM FUNDAMENTO NO
ARTIGO 336-A, DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE
ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO
DO PLANO DIRETOR, COM A
FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO
DO PRESÍDIO REGIONAL.**

Art. 1º - Com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, que autorizou a reavaliação do Plano Diretor pela Câmara Municipal, fica alterado o Zoneamento do Anexo III, da Lei do Plano Diretor, de "Zona de Sítios de Lazer de 2.500m²", para "Zoneamento Institucional", exclusivamente e de forma excepcional, a área declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 6.237, de 20 de dezembro de 2006, para a finalidade específica de construção do Presídio Regional.

Art. 2º - A área a que se refere o Artigo anterior se localiza em parte do Lote Rural nº 44, da Linha Palmeiro, com a área de 143.750m² (cento e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta metros quadrados), e encontra-se matriculada no Ofício de Registro de Imóveis desta cidade, sob o nº 15.678, à fl.01-v, do Livro nº 2-Registro Geral.

Art. 3º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Alcindo Gabrielli
Prefeito Municipal

103
F.5



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

EDITAL

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, em seu capítulo IV, Art. 130 e Parágrafos, e Art. 131, FAZ SABER a todos os interessados que deram entrada na Câmara Municipal para apreciação e deliberação dos Senhores Vereadores, os seguintes Projetos de Lei Complementar:

-nº 002/2008 – Cria cargo no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo do Município (de origem Executiva);

-nº 004/2008 – Altera, com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, o zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do presídio regional (de origem Legislativa).

Os mesmos iniciaram a tramitação nas Comissões Técnicas, até o final em votação pelo Plenário. No teor do que dispõe o Parágrafo I, do Art. 130 do Regimento Interno da Câmara, fica ciente a sociedade civil organizada, que tem 10 (dez) dias para apresentação de emendas, se o desejar, a partir deste presente edital. Os projetos e anexos se encontram à disposição dos interessados na Secretaria desta Câmara. Bento Gonçalves, 25 de abril de 2008.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente

ÓBITOS

Leonidio Bussolotto, em 13 de abril aos 79 anos.
Leonilda Colognese Pertille, em 12 de abril aos 76 anos.
João Peixoto Figueiredo, em 14 de abril aos 69 anos.
Libera Fabris da Silva, em 15 de abril aos 72 anos.
Celino Gireli, em 15 de abril aos 65 anos.

Leonilda M. G. Fracalossi, em 16 de abril aos 88 anos.
Irma Leonilda Mattevi Zanetti, em 16 de abril aos 89 anos.
Lydia de Oliveira Ramos, em 18 de abril aos 83 anos.
Angélica Salini, em 16 de abril aos 23 anos.
Neiva B. Arnuti Vidal, em 20 de abril aos 50 anos.



SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
 NATURAIS DE BENTO GONÇALVES
 GERSON TADEU ASTOLFI VIVAN - Oficial
 Registrador

EDITAIS DE CASAMENTO

Faça saber que se habilitaram para casar neste Serviço de registros:

Edital n. 14.654 - GABRIEL POLETTO LUCHESE, solteiro, advogado, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e MOEMA ZANCHIN SALDANHA, solteira, funcionário público estadual, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.655 - SÉRGIO BARROS BANDEIRA DE MELLO, divorciado, comunicação social, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e ROSA MARIA DA CRUZ, divorciada, professora, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.657 - IVO FRANCISCO LAZZARI, divorciado, professor, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e ISABEL JOANA FOPPA, solteira, professora, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.660 - JONES LUIZ ARALDI, solteiro, carteiro, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e MAQUÉLI BANDEIRA, solteira, auxiliar de limpeza, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.661 - CÁSSIO REGINATO, solteiro, empresário, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e KETLYN ROSE MOMBACH, solteira, publicitária, residente e domiciliada em Garibaldi.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.

Bento Gonçalves, 22 de abril de 2008.

GERSON TADEU ASTOLFI VIVAN
 Oficial Registrador.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Câmara Municipal de Bento Gonçalves
 Palácio 11 de Outubro

EDITAL

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, em seu capítulo IV, Art. 130 e Parágrafos, e Art. 131, FAZ SABER a todos os interessados que deram entrada na Câmara Municipal para apreciação e deliberação dos Senhores Vereadores, os seguintes Projetos de Lei Complementar:

-nº 002/2008 - Cria cargo no Quadro dos Cargos de Provimento Efetivo do Município (de origem Executiva);
 -nº 004/2008 - Altera, com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, o zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do presídio regional (de origem Legislativa).

Os mesmos iniciaram a tramitação nas Comissões Técnicas, até o final em votação pelo Plenário. No teor do que dispõe o Parágrafo I, do Art. 130 do Regimento Interno da Câmara, fica ciente a sociedade civil organizada, que tem 10 (dez) dias para apresentação de emendas, se o desejar, a partir deste presente edital. Os projetos e anexos se encontram à disposição dos interessados na Secretaria desta Câmara. Bento Gonçalves, 25 de abril de 2008.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
 Presidente

Prazo para declarar Imposto de Renda termina dia 30

O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda se encerra na semana que vem, e os últimos dias têm sido de trabalho intenso para contabilistas e seus escritórios assessores contábeis. Segundo eles, o trabalho tem transcorrido dentro da normalidade mas tem aumentado nas últimas semanas, já que sempre tem os que deixam para a última hora. "Cerca de 20% dos nossos clientes ainda não vieram, sendo

que o prazo termina dia 30", afirmou na terça-feira desta semana, o contador Lindor Salvador.

Para quem está pensando na possibilidade de uma prorrogação do prazo o contador Mauro Milani alerta "De uns anos para cá, o prazo não é mais prorrogado".

O envio das declarações pela internet tem facilitado muito o serviço, já que a Receita Federal disponibiliza dois

programas para efetuar-lo. "Mesmo assim, recomendamos que enviem o mais cedo possível, pois muita gente deixa para os últimos dias e o site fica congestionado", recomenda José Carlos Moro, da Centrotec. Para quem caiu na malha final no ano passado, o dado aparece no recibo da entrega, mas não gera, necessariamente, maiores problemas para este ano. Mas ele recomenda: quem ainda não fez sua

declaração, o melhor é correr.

Outro alerta importante é que a Receita Federal é forte alvo de mensagens falsas na internet. E-mails comunicando "erros na declaração e que outra, retificadora, deve ser enviada", ou que o CPF está cancelado geralmente são vírus e devem ser deletados imediatamente. O órgão lembra que não envia e-mails sem a autorização do contribuinte e nem autoriza conveniados a fazê-lo.

CÂMARA

Alterações na lei para compra da área do presídio são aprovadas

Os vereadores aprovaram na última sessão, alteração no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizando o Executivo a abrir um crédito de R\$ 550 mil. Os recursos serão utilizados para aquisição da área no lote nº44, da Linha Palmeiro, no distrito de São Pedro, para construção

do novo presídio regional.

O segundo projeto de lei aprovado autoriza o Município a firmar convênio com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, delegando competência para o licenciamento e fiscalização florestal a serem desenvolvidas no âmbito do Município. O docu-

mento autoriza o Município a realizar a gestão florestal, nas atividades e empreendimentos localizados no Município, também, visa estabelecer procedimentos com vistas à preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

No último projeto analisado

em plenário, os parlamentares aprovaram a liberação de um imóvel de 2.600 metros quadrados localizado no Lotamento Arcos Íris. De acordo o projeto encaminhado pela Prefeitura à área será destinada para construção de uma escola municipal, com capacidade para atender 150 crianças

APÓS CANCELAMENTO

Provas do Concurso Público serão neste sábado

Acontecem neste sábado, dia 26, as provas do Concurso Público 01/2008 para os cargos de Auxiliar de Bibliotecário, Auxiliar de Educação Infantil, Auxiliar de Odontologia, Auxiliar de Serviços de Obras, Eletricista, Encanador, Higienizador, Motorista de Ambulância, Operador de Máquinas, Secretário de Escola e Tesoureiro. Os testes serão aplicados no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - Cefet.

A prova estava marcada para o dia 12 de abril, mas não foi realizada

por problemas operacionais ocorridos, de responsabilidade da empresa Objetiva, vencedora da licitação para realização do Concurso Público 01/2008.

Os candidatos inscritos devem comparecer com antecedência de uma hora ao local das provas, munidos de documento de identidade que originou a inscrição e documento de inscrição no Concurso, entregue quando do ato de inscrição, bem como caneta esferográfica azul ou preta, de ponta grossa.

PINTO BANDEIRA

Unidade de Saúde ganha Gabinete Odontológico

A Unidade de Saúde do Distrito de Pinto Bandeira conta a partir desta semana com Gabinete Odontológico para atendimento da comunidade. A primeira consulta foi realizada na manhã desta terça-feira, 22. O Gabinete é equipado com cadeira, equipamento, aparelhos, instrumental e material necessários para atendimento básico. O atendimento é feito gratuitamente mediante agendamento na própria

Unidade e será realizado de segunda a quinta-feira, totalizando cinco turnos por semana. Na instalação do Gabinete a Secretaria Municipal da Saúde investiu aproximadamente R\$ 15.000,00. O objetivo é proporcionar maior acesso da população ao serviço, sem a necessidade de deslocamento, além da melhoria na qualidade de vida através do tratamento preventivo e curativo dos problemas bucais.

enprec

ENGENHARIA, PROJETO E
 CONSTRUÇÃO LTDA.

Marcos A. Bastiani

Eng. Civil - CREA 29768



Fone: 3055 7711

Galeria Solar - Sala 406 - Centro

Fernando Camerin

Advogado
 OAB/RS - 71614

Rua Visconde de São Gabriel, 396 - Sala 77
 Ed. Centro Profissional São Rafael
 Fone: (54) 3055.2877
 e-mail: fernandocamerin@gmail.com

Bento Gonçalves - RS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE B. GONÇALVES
Receb. em 25 / 04 / 2008
Assinatura

Ilmo.Sr.
Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
BENTO GONÇALVES-RS

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04,
DE 22 DE ABRIL DE 2008.**

Os Vereadores abaixo firmados, requerem o recebimento da presente mensagem adaptativa, ao Projeto de Lei Complementar nº 04, de 22 de abril de 2008, de origem Legislativa, que "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL", a fim de declarar que a prerrogativa do Legislativo para propor este projeto, tem por base o artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006 – Plano Diretor, inserido pelo Artigo 88, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, e não como constou no projeto original.

Assim, o projeto de lei complementar, passa a constar com a redação que segue em anexo.

Nestes Termos,
Pedem Deferimento.

Sala das Sessões, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente-Bancada PMDB

Vereador LEOPOLDO BENATTI
Bancada do PMDB

Vereador ROBERTO ANTÔNIO CAINELLI
Bancada do PP

Vereador VANDERLEI SANTOS
Bancada do PP

Vereador VALDECIR RUBBO
Bancada do PDT

Vereador JAIR BARUFFI
Bancada do PTB

Vereador AIRTON LUIZ MINÚSCULI
Bancada do PT

Vereador MÁRIO GABARDO
Bancada do PMDB

Vereador ADRELINO CAINELLI
Bancada do PP

Vereador FRANCISCO RIZZARDO
Bancada do PDT

Vereador ANTÔNIO CAMERINI
Bancada do PDT



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008.

**ALTERA, COM FUNDAMENTO NO
ARTIGO 336-A, DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE
OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO
DO PLANO DIRETOR, COM A
FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO
PRESÍDIO REGIONAL.**

Art. 1º - Com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006 – Plano Diretor, inserido pelo Artigo 88, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, que autorizou a reavaliação do Plano Diretor pela Câmara Municipal, fica alterado o Zoneamento do Anexo III, da Lei do Plano Diretor, de "Zona de Sítios de Lazer de 2.500m²", para "Zoneamento Institucional", exclusivamente e de forma excepcional, a área declarada de utilidade pública pelo Decreto nº 6.237, de 20 de dezembro de 2006, para a finalidade específica de construção do Presídio Regional.

Art. 2º - A área a que se refere o Artigo anterior se localiza em parte do Lote Rural nº 44, da Linha Palmeiro, com a área de 143.750m² (cento e quarenta e três mil, setecentos e cinquenta metros quadrados), e encontra-se matriculada no Ofício de Registro de Imóveis desta cidade, sob o nº 15.678, à fl.01-v, do Livro nº 2-Registro Geral.

Art. 3º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Alcindo Gabrielli
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

100
13

CONVITE.

A Câmara Municipal de Vereadores de Bento Gonçalves e a Comissão Técnica Permanente de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, em cumprimento ao que determinam os dispositivos do Parágrafo 4º, do Artigo 40, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, convida Vossa Senhoria para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** onde será debatido o Projeto de Lei Complementar Nº 04, de 22 de abril de 2008, de origem legislativa, que **“ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL”**.

Data: 12 de maio de 2008

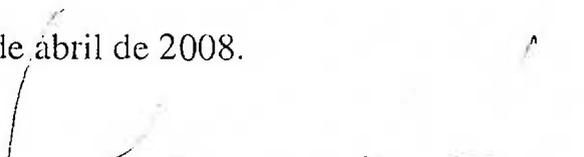
Hora: 8h30min

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Avenida Dr. Casagrande, 270

Bento Gonçalves, 28 de abril de 2008.


Vereador **MÁRIO GABARDO**
Presidente da Comissão


Vereador **IVAR LEOPOLDÓ CASTAGNETTI**
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Serra debate Consulta Popular 2008

O Governo do Estado apresenta, nesta terça-feira (29), as opções de projetos estruturantes definidos no Plano Plurianual para desenvolver os municípios da região, entre as quais insere-se Bento Gonçalves. O encontro será às 19h, no auditório do CIC, técnicos da Secretaria de Relações Institucionais e representantes do Fórum de Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) promovem assembleia pública preparatória à Consulta Popular 2008, fase preliminar do plebiscito marcado para 25 de junho.

Os cidadãos com domicílio eleitoral na área geográfica do Cordele Serra, mediante voto direto e secreto, poderão escolher até três prioridades, de um míni-

mo de quatro e um máximo de dez projetos de interesse exclusivamente regional, nos quais o Governo do Estado deverá aplicar R\$ 2.728.811,59 dos R\$ 50 milhões reservados no orçamento para a Consulta Popular deste ano.

Municípios do Cordele Serra

Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Coronel Pilar, Cotiporã, Fagundes Varela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Guabiju, Guaporé, Montauri, Monte Belo do Sul, Nova Araçá, Nova Bassano, Nova Pádua, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Parai, Protásio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serafina Corrêa, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

Escolas estaduais de Bento em primeiro lugar em exame do Estado

O resultado do Saers, exame que avalia o rendimento escolar do ensino da Rede Estadual, saiu na quarta-feira e apontou a 16ª Coordenadoria Regional de Educação, que tem seu núcleo em Bento Gonçalves, como primeira colocada no Estado.

O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul teve suas provas realizadas em novembro do ano passado, por alunos das 2ª e 5ª séries do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio. Mais de 280 mil alunos de 2,8 mil escolas estaduais participaram da avaliação, que revelou os alunos gaúchos acima da média nacional.

As 25 cidades da 16ª CRE conquistaram o primeiro lugar nas provas de Português e Matemática na 5ª série e no 1º ano. Os colégios bento-gonçalveses Landell de Moura e Visconde de Bom Retiro foram destaque na região.



Clarice Copat, Ida Cambruzzi, Adora Nondillo, Maurício Masutti, Isadora Predebom e o diretor Márcio Pilotti

O diretor do Colégio Bom Retiro, Márcio Pilotti, afirma que o mérito é de toda a CRE, resultado do bom trabalho dos professores. "Cerca de 350 dos nossos alunos fizeram o teste sem nenhuma preparação específica.

O sucesso é decorrência de um trabalho bem feito", afirma Márcio.

As professoras de Língua Portuguesa e Matemática consideram-se bem "tradicionais" quanto ao método de ensino, ao qual dão bastante credibilidade. Para Português, o enfoque é na interpretação, e na Matemática, a freqüente retomada de conteúdo e a associação das matérias à prática são considerados os trunfos das professoras. Elas afirmam também que o sucesso da escola em geral se deve à boa organização, o bom entendimento entre

todos os setores, com um alto nível de exigência que elas fazem questão de cumprir.

Os alunos que fizeram a prova no ano passado também aprovam o método de ensino. "Já estudei em escola particular e o sistema é o mesmo. O ensino aqui é muito forte, com um bom nível de exigência", afirma Isadora Predebom, aluna do 2º ano do Ensino Médio.

Segundo a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, o bom resultado da região também é reflexo de sua realidade sócio-econômica.



Alunos do Colégio Bom Retiro foram destaque na região



SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS
NATURAIS DE BENTO GONÇALVES
GERSON TADEU ASTOLFI VIVAN - Oficial
Registrador

EDITAIS DE CASAMENTO

Faço saber que se habilitaram para casar neste Serviço de registros:

Edital n. 14.664 - SILVANO LISBOA RAMOS, solteiro, pintor, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e VANI DENISE SANTOS RIBEIRO, divorciada, auxiliar de limpeza, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.665 - DEOCLÍDIO DOMINGOS DE MARCO, solteiro, pedreiro, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e GENI CECÍLIA DAMETTO, viúva, funcionária pública municipal, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Bento Gonçalves, 28 de abril de 2008.

GERSON TADEU ASTOLFI VIVAN
Oficial Registrador.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

EDITAL

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, em seu capítulo IV, Art. 130 e Parágrafos, e Art. 131, FAZ SABER a todos os interessados que o Projeto de Lei Complementar nº 004/2008, de 22 de abril de 2008, tendo em vista ter recebido mensagem adaptativa, a fim de declarar que a referida matéria tem por fundamento o Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006 - Plano Diretor, inserido pelo Artigo 88, da Lei complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, passa a constar da seguinte forma: "Altera, com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, o zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do presídio regional". O mesmo iniciou a tramitação nas Comissões Técnicas, até final votação pelo Plenário. No teor do que dispõe o Parágrafo 1, do Art. 130 do Regimento Interno da Câmara, fica ciente a sociedade civil organizada, que tem 10 (dez) dias para apresentação de emendas, se o desejar, a partir deste presente edital. Os projetos e anexos se encontram à disposição dos interessados na Secretaria desta Câmara. Bento Gonçalves, 29 de abril de 2008.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente

Correções - Na matéria sobre a nova sinalização do trevo de acesso ao município o Coordenador do 2º DOP, Engenheiro Rogério Brasil Uberti encaminha ofício a este jornal informando que o que vai solicitar à diretoria do órgão é a elaboração do projeto - e não sua execução - uma vez que ela está inserida na duplicação da RSC 470;

Quanto ao trevo de acesso de Carlos Barbosa o correto seria informar que o

projeto está aprovado, mas não há previsão de início para a obra porque ainda não houve licitação.

Diferentemente do noticiado, o promotor criminal Eduardo Coral Viegas não foi o responsável pela afirmativa de que a polícia civil e a Brigada Militar não se comunicam acerca das imagens captadas pelas câmeras de segurança. Tal afirmativa partiu do vereador Jaurez Baruffi.

enprec

ENGENHARIA, PROJETO E
CONSTRUÇÃO LTDA.

Marcos A. Bastiani
Eng. Civil - CREA 29766



Fone: 3055 7711
Galeria Solar - Sala 406 - Centro



Estado do Rio Grande do Sul
Poder Judiciário



Edital de citação - Cível

1ª Vara Cível - Comarca de Bento Gonçalves. Prazo de: 30 dias. Natureza: Reivindicatória. Processo: 005/1.06.0008204-0. Autor: Associação dos Moradores do Bairro Floresta. Réu: Alcemito Pinlo e outros. Objeto: CITAÇÃO de JOSÉ AILTON, atualmente em lugar incerto e não sabido, e bem como de todos os INTERESSADOS AUSENTES, INCERTOS E DESCONHECIDOS, para, no prazo de QUINZE (15) dias, a contar do término do presente edital (art. 232, IV, CPC), contestar, querendo, e, não o fazendo, serão tidos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor na inicial.

Bento Gonçalves, 04 de abril de 2008.
Servidor: Lilian M. R. Daitos, Oficial Ajudante
Juiz: Luiz Alberto Rotta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 142//2008

Processo nº 131/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2008, do Legislativo, que *Altera, com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, o Zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do Presídio Regional.*

O presente projeto de lei complementar visa alterar o zoneamento onde se localiza a área destinada à construção do presídio regional, de sítios de lazer, para zona institucional, com a finalidade específica de construção do estabelecimento prisional, na área declarada de utilidade pública, através do Decreto nº 6.237, de 20/12/2006.

O projeto vem sob a forma de projeto de lei complementar, devendo obedecer os trâmites previstos nos Artigos 130, do Regimento Interno da Casa e 43 da Lei Orgânica Municipal.

Esta Assessoria tem se manifestado no sentido de dar a mais ampla publicidade aos projetos que visam alterar o Plano Diretor, mediante a realização de audiência pública, com a Comissão Técnica Permanente de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, tendo em vista a política da gestão democrática das cidades, instituída pela Lei do Estatuto da Cidade.

Em face da relevância da matéria, que é de caráter excepcional e específico, ou seja, diz respeito somente à área destinada à construção do Presídio, tramitando em REGIME DE URGÊNCIA, esta Assessoria entende que, desde que sejam observados os trâmites legais para os projetos de lei complementar, dando-se ampla publicidade à proposição, a mesma possui as condições regulares de tramitação e votação.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de outubro, aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Bel. Carlos José Perizzolo  OAB/RS 6.045

Bel. Jaqueline Menegotto OAB/RS 51.007

Bel. Aloísio De Nardin  OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PROCESSO Nº 131/2008

AUTOR: Legislativo Municipal

ASSUNTO: ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL.

PARECER: *COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE CONSTITUÇÃO E JUSTIÇA.*

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça, após procederem análise ao Processo 131/2008 que ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL, exaram o seguinte parecer:

Essa Comissão aguarda manifestação Técnica do Conselho Municipal de Planejamento – COMPLAN e do Fórum de Políticas Públicas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a fim de elaborar um parecer definitivo sobre a matéria.

É o parecer.

Sala das Sessões, 29 de abril de 2008.

Vereador **JAIR BARUFFI**
Presidente

Vereador **FRANCISCO RIZZARDO**
Vice-Presidente

Vereador **AIRTON LUIZ MINUSCULI**
Membro Efetivo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

PARECER 150/2008

Processo nº 131/2008

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, a Mensagem Adaptativa ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2008, do Legislativo, que *Altera o Zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do Presídio Regional.*

A referida mensagem apenas visa declarar que a prerrogativa do Poder Legislativo para propor o referido projeto de lei complementar, que altera zoneamento do Plano Diretor, tem por base o Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006 – Plano Diretor, o qual foi inserido pelo Artigo 88, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, e não como constou do projeto original.

De fato, com razão a referida mensagem, pois a LC nº 109/2007, inseriu na LC nº 103/2006, o referido dispositivo através do seu Artigo 88, e não como constou originalmente.

A referida mensagem em nada altera os objetivos, a finalidade e o conteúdo da proposição, que apenas veio para adaptá-la à legislação vigente.

Desta feita, com a presente adaptação, o referido projeto de lei complementar passa a constar com a redação anexa, a qual, do ponto de vista jurídico, possui as condições regulares de tramitação e votação.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de outubro, aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e oito.

Bel. Carlos José Perizzolo OAB/RS 6.045

Bel. Jaqueline Menegotto OAB/RS 51.007

Bel. Aloísio De Nardin OAB/RS 64.849



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

CONVITE.

A Câmara Municipal de Vereadores de Bento Gonçalves e a Comissão Técnica Permanente de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, em cumprimento ao que determinam os dispositivos do Parágrafo 4º, do Artigo 40, da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, convida Vossa Senhoria para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA onde será debatido o Projeto de Lei Complementar Nº 04, de 22 de abril de 2008, de origem legislativa, que “ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL”.

Data: 12 de maio de 2008

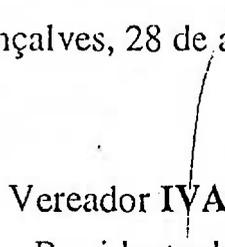
Hora: 8h30min

Local: Plenário da Câmara Municipal de Vereadores.

Avenida Dr. Casagrande, 270

Bento Gonçalves, 28 de abril de 2008.


Vereador **MÁRIO GABARDO**
Presidente da Comissão


Vereador **IYAR LEOPOLDÔ CASTAGNETTI**
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL".

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

LISTA DE PRESENCAS

NOME LEGÍVEL

ENTIDADE

NOME LEGÍVEL	ENTIDADE
FLAVIO ROMAGNOLI	COMPLAN - SMMMA
ANA MARIA SACCHETT BELLI	AEARV
Elvário Benvenuto	
Mônica Usim de Ag.	
Vanderlei Leite	BARRAÇÃO
ALEX LOTES	SECRETARIA OBRAS
Luiz A. ALBUQUERQUE	MDM
ANTONIO PAULO THOMASINI	DUT
2º Ten JAIME JOSE THOMASINI	6º B Com
GILBERTO DURANTE	COMTUR
VILSO TRAPAZZON	CAMINHOS DE PEDRA
Beatriz Paulus	Atuosa
José Rubalc	SEMHAS
José Roque Schei	BAIRRO IMIGRANTE
RESANE ZANETTI	SEMHAS
JOSÉ BERTUOL	SECRETARIA OBRAS
Elisabeth Lucia Toso Stefani	Coordenadora Coordenad. da Mulher
LÍDIA GHENO	BARRAÇÃO
GERALDO BERTOLO	SUSEPE/SSP/RS
LENI BRAIRO	CAMINHOS DE PEDRA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

11/5
15/5

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL".

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

LISTA DE PRESENCAS

NOME LEGÍVEL	ENTIDADE
Edenoldo B. Cruz	BARRA CÃS
Luiz C. Rech	BG.
Armando Galon	BARRISUL
Armino Postor	
Nestor José Forstti	Assoc Caminhos de Pedra
Ani Felicioli	UACB
Valdemir de Mello	ASS. MORA. S. DA SAUDE
Jonas Barag	Síndico Jovens Jovens
Ni V. Grassi	Problemas Urbanos em Uso
Sirlei N. Commiotto	Caminhos de Pedra
Otávio Pereira Gomes	
Sérgio Foletto	Instituto de Resq. e Plan. Urbano
GUILHERME LUIS BITENCOURT.	
Alceu Weber	Assoc. Inquirições
Sérgio Lafagrande	
Etc. D. F. F. F.	M. univ. Kibica



2/16
15

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL".

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

LISTA DE PRESENCAS

NOME LEGÍVEL	ENTIDADE
DORVAL BRANCO	Uch. Calvi - COMPLAN
Herson L. Cas	BARRACÃO
IDA Navello	BARRACÃO
Juarez José Pin	Secret. Dev. Econ. Complem.
ADEMAR PETRY	CIC/BA
Levi E. Prado	Caminhos de Pedra
Jambir Lossgrunde	" " "
Waldemar Rubbo	
CLAREL PERALTI	YMCA/PM
EDILSON MARQUES	POMAROSA SE
FLÁVIA SBERSE	CÂMARA DE VEREADORES BG
SERGIO TORRES	Associação Pro...
Antonio Dall'Assen	Fatt - 91313550
José Paulo Pook	Condica -
Jairi Peixoto	P.M. A. G
Alexandre Schneider	Min. Público Federal
Janete...	Projeto Cidades Múltipl.
Volnei Lago	Presidência
Helen...	Journal...
Gerson L. Lenhard	JORNAL GAZETA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

21/7
F.S.

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL".

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

LISTA DE PRESENCAS

NOME LEGÍVEL	ENTIDADE
Carla J. Reizinho	ASA PEB
Foruno Demari	Sindicatos-
Claudio Brunali	Comunidade de Pedra
Mônica Rachule Hoevera	CIC/BG - Reflexo Comunicação
João de Deus	Sindicatos
Luís Henrique dos Reis	Del. Reg. 7º DR
João C. Moreira Gomes	7º BR / FURPE
Adriana Lazzarotto	Conselho M. Saúde
Lucy Farina	SIMME - B. Zona C
GILMAR CANTELLI	CAMINHOS DE PEDRA
VILCO STRAPAZZO	CAMINHOS DE PEDRA
Luiz Carlos Bonatti	Associação
LUIS COZZICHINI	Associação
JOÃO CARLOS DA SILVA	CONSELHO MUNICIPAL ASSISTENCIAL
JANDIR CASAGRANDE	CAMINHOS DE PEDRA
LUIS ROBERTO BONATO	3º BRAT
APARÍCIO NESSI	DISTRI Y Federação COL
Vánie Negretto	Câmara
Flávia	
MARCIANO VIGNATTI	CÂMARA DE VEREADORES BG



AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL".

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

LISTA DE PRESENCAS

NOME LEGÍVEL	ENTIDADE
Luiz Augusto Sigebol	ABEPAPI
Mesio Sabinho	SINDICATO FARMACIA
Augusto MARIOTTI	CONSECOM / UACB
Felipe Costa	Associação de Pedra
Antônio D. Caleffi	" " "
Luiziano B. Bittencourt	PRESÍDIO E. BENTO
João Luiz Ribeiro	" "
MARSON SOARES	" "
Paulo S. Pompermayer	D.A.B. - RSO
FELIPE PANIZZI ROSSAMAI	ASCON VIMTEDOS
Sandra Joida	OAB
Igor Ferraz	CME - Fórum P. Pública
Joqueline M.B. Fenari	Agricultor
German B. Fenari	Comerciante com. de pedra
ROGERIO SPILLER	Comerciante com. de pedra
Claudio Rossatto	CIC BQ / ASCON VIMTEDOS
Ana Carolina Azevedo	FVVB
Jose Amato Morgan Ugo	Jornal Serranossa
	Conselho Comunitade

11/5
2/5



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE "ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL".

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

LISTA DE PRESENCAS

NOME LEGÍVEL

ENTIDADE

Restaurar
o nome
fornecedores

LEONIR ROSA	SINDI LOJAS
Estefanie Francisquit	Agricultora
FERNANDA VERSETTI	CREA-RS -
IOMARA TROIAN	AEARV -
NEUSA MASOTTI	IPURB
JAIME DOLLAGNESE	COMPLAN -
Ricardo Signor	Assoc. Vinhedos -
ARTÊMIO RIBOLDI JUNIOR	Sms -
NEUSA BOTTEGA	frap BARRACÃO
Charles Luan	
José Toermen	Barracão
Fernanda G de Azevedo	Pres. Judiciário / VEC
Gélio Gaiard	Juraf.
Emilio Da Paula	Coluni
ROBERTO F GAÇON	SEC. SEGURANÇA PÚBLICA
ANTONIO C.P PADILHA	ISS/RN
Valdir Bussolotto	Sindicato Bancários -
Lourdes Fedrigo Facon	E. Alameda B G -
NESTOR TORENY	CEC/RN -
CICERO ALVAREZ	Conselho Estadual de Cultura -

INSCRIÇÃO Nº: _____

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 04, DE 22 DE ABRIL DE 2008, DE ORIGEM LEGISLATIVA, QUE ***"ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL"***.

DIA: 12 de maio 2008

HORA: 8h30min

LOCAL: Plenário Legislativo

CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO

NOME: _____

ENTIDADE: _____

LOCALIDADE: _____

- 121
- Nestor Foresti - Associação Caminhos de Pedro
 - Leocir Bottega - Associação Caminhos de Pedro
 - Flávio Estivalet - Ilorador Caminhos de Pedro
 - Dirival Valiatti - Sindicato dos Bancários
 - Stefani Francisquet - Caminhos de Pedro (moradora)
 - Jaqueline Ferrari - Associação Caminhos de Pedro
 - Ademar Petry - Presidente do CIC
 - Getúlio Lucas de Abreu - morador do Município
 - Ênio de Paris - representante da comunidade
 - Felipe Possamai - representante da OAB
 - Leni Braido - moradora Caminhos de Pedro
 - Claudino Bianchi Assoc. Caminhos de Pedro

- 13 - Graziela Canteli - Restaurante Nova Indus -
- 14 - Gilberto Durante - Conselheiro Municipal de Curitiba
- 15 - Gifmar Cantelli - familiares de Pedro
- 16 - Nestor Erelly Martins - Conselheiro Estadual de Cultura
- 17 - Cícero Alvarez - Conselheiro Estadual de Cultura
- 18 - Wilson Stropozzon - representante familiares de Pedro.
- 19 - Jaime Dall Agnese - COMPLAN
- 20 - Beatriz Paulus - Atrasseiro
- 21 - Angelo Maróstico - CONSECOM
- 22 - Dra. Fernanda Ghiringhelli de Azevedo - Juíza de Direito e Diretora do Foro
- 23 - Sérgio Formen - Associação dos Moradores do Barracão
- 24 - ~~Elcio Menezes~~
- 25 - Superintendente de SUSEPE - Jerardo Bertolo
- 26 - Dr. Alexandre Schneider - Min. P.º B. Federal.
- 27 - Antônio de Azevedo - Sec. Seg. Pública
- 28 - Alcindo Gabriel - P.M.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE B. GONÇALVES
Receb. em 13 / 05 / 2008

Gr.
Assinatura

PROCESSO: 131/2008

AUTOR: LEGISLATIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL.

PARECER: COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS.

Os Vereadores abaixo firmados, integrantes da Comissão Técnica Permanente de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, após análise ao processo nº131/2008 de que **“ALTERA, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 336-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 02 DE ABRIL DE 2007, O ZONEAMENTO DO PLANO DIRETOR, COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DO PRESÍDIO REGIONAL”** emitem o seguinte parecer:

O Presente Projeto de Lei, de origem Legislativa foi elaborado com a pretensão de contribuir em favor da Segurança Pública dos bento-gonçalvenses, culminando com a construção do presídio regional no Município.

Entretanto, tendo em vista as manifestações proferidas na Audiência Pública realizada no dia 12 de maio de 2008, nesta Casa Legislativa pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, pelo Ministério Público e pelos encaminhamentos de pareceres emitidos pelo Instituto de Planejamento Urbano, com as afirmações de serem desnecessários os procedimentos legais que tramitam em relação à alteração da Lei do Plano Diretor, a Comissão entende que o Projeto de Lei Complementar não tem razão para seguir com sua tramitação regular.

A Comissão entende que a Audiência foi muito proveitosa, pois desencadeou manifestos dos moradores da região da localidade do Barracão e do Distrito de São Pedro, sendo estas de significativa importância, na medida em que esclareceu tópicos pertinentes à matéria em questão, dando ênfase à preservação do Plano Diretor em sua integridade, pois este em seus princípios fundamentais de elaboração demonstra o cuidado no respeito às questões ambientais, culturais, históricas e de segurança do Município.

O processo democrático aferido pela Comissão oportunizou que a comunidade como um todo se pronunciasse em relação ao assunto, ampliando informações e colaborando para que a matéria se tornasse ainda mais esclarecedora, obtendo assim opiniões convergentes e divergentes, mas de grande valia.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

123
F.S.

Mister se faz esclarecer que o processo da localização da área e de construção do Presídio Municipal, encontra-se tramitando junto aos Poderes Executivo e Judiciário.

A Câmara Municipal de Vereadores na sua função de ouvir a população, respeitando a vontade coletiva, promoveu Audiência Pública oferecendo a sua contribuição e enfatizando aos órgãos competentes que tomem as devidas providências em relação ao impasse que se criou, buscando além de uma solução definitiva para o problema, atender aos anseios comunitários.

Desta forma, esta Comissão emite parecer pelo arquivamento do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões, aos doze dias do mês de maio de dois mil e oito.


Vereador **MARIO GABARDO**
Presidente


Vereador **ADELINO CAINELLI**
Vice- Presidente


Vereador **VALDECIR RUBBO**
Membro Efetivo.



124
155
2ª VIA
CÓPIA AUTÊNTICA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Ofício nº168/GAB

Palácio Bento Gonçalves, 13 de maio de 2008.

Senhor Diretor:

Tendo em vista deliberação unânime do Plenário deste Legislativo Municipal, na Sessão Ordinária realizada no dia 13 de maio de 2008, vimos através do presente, convocar Vossa Senhoria para comparecer a esta Casa, no dia 20 de maio de 2008, às 14 horas, para prestar esclarecimentos técnicos e manifestar-se sobre o Projeto de lei complementar nº 04, de 22 de abril de 2008, que **"Altera, com fundamento no artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, o zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do Presídio Regional"**.

Em anexo, encaminhamos cópia da referida matéria, ficando no aguardo da confirmação de sua presença.

Atenciosamente,

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente

A Sua Senhoria o Senhor
CLÁUDIO ROSSATTO
Diretor do IPURB
Bento Gonçalves



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
PALÁCIO 11 DE OUTUBRO

P/25
F.5

DESPACHO

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições e de conformidade no Art. 99 do Regimento Interno, determina o arquivamento do Processo nº131/2008, relativamente a projeto em tramitação na Casa no corrente exercício de 2008, e que não logrou ser apreciado e votado no período Legislativo que ora se encerra.

Palácio 11 de outubro, 30 de dezembro de 2008.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DEBATER O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 04, DE 12 DE ABRIL DE 2008.**

Aos doze dias do mês de maio de dois mil e oito, às oito horas e trinta minutos, foi realizada Audiência Pública, para debater o Projeto de Lei Complementar número 04, de vinte e dois de abril de dois mil e oito, de origem legislativa, que "Altera, com fundamento no artigo 336-A, da Lei Complementar nº 103, de 26 de outubro de 2006, o zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do Presídio Regional". **Senhor Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo:** Nós vamos dar início a presente Audiência Pública. Eu, como Presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, juntamente com os Vereadores Adelino Cainelli e Valdecir Rubbo, temos a incumbência de promover esta Audiência Pública por definição legal, e também por necessidade de debate. Queremos registrar e convidamos aqui para auxiliar nos trabalhos a Secretária do Poder Legislativo, Rosali Fornazier; também registramos e saudamos a presença do Senhor Prefeito Municipal Alcindo Gabrielli; a presença do Presidente da Câmara de Vereadores Ivar Leopoldo Castagnetti, representando a comunidade Bento-gonçalvesense através do Poder Legislativo; a Doutora Juíza Fernanda Ghiringhelli de Azevedo, representando o Fórum e o Poder Judiciário; também registramos a presença da Assessoria Jurídica da Secretaria de Segurança do Estado, através do Doutor Roberto Gabor; Diretor da Susepe, Geraldo Bertolo e o Assessor da Secretaria de Segurança, Antônio Padilha; senhores da imprensa também estão presentes em nosso meio, através da rádio, Rádio Viva News; temos também a presença do Senhor José Oro, do Conselho da Comunidade de Execuções Penais; Luciano Bitencourt, Diretor do Presídio; temos representantes das entidades e outras autoridades presentes. Em seguida, a Secretária Rosali Fornazier, por pedido do Presidente, registrou a presença das demais entidades e autoridades presentes. O Senhor Presidente da Comissão também registrou a presença dos Vereadores Roberto Cainelli, Antônio Camerini, Valdecir Rubbo, Adelino Cainelli e de outras entidades representadas, e assim manifestou-se: Mas queremos dizer que Audiência Pública é o espaço destinado à população, é espaço especialmente de ouvir a população para se manifestar. Temos aqui portanto, certamente, manifestações de populares que assim possamos, numa demonstração de democracia, de representação da sociedade e representação direta ou a participação direta da sociedade, ouvirmos e também se expressar diante das questões que envolve toda a polêmica da localização do presídio municipal e da mudança ou não do Plano Diretor. Registramos também a presença do Comandante da Brigada, Major Bonatto, demais autoridades desculpem-nos, pois não chega o nome aqui à Mesa, mas vamos observando nas laterais aqui. Temos esta Audiência Pública, mais participação, quem sabe, até, de populares da sociedade, mas também num misto de participação da população. Os pronunciamentos vão seguir dentro das normas que estabelecem a Casa, ou seja, nós temos uma resolução aprovada pelos senhores Vereadores, e gostaria que a Secretária Rosali pudesse anunciar os pontos principais do prosseguimento dessa Audiência Pública. Também queremos dizer que temos o Edital da Audiência Pública que

foi publicado nos jornais, na imprensa e também nos meios de comunicações da nossa cidade. Esses Editais serão lidos para conhecimento de todos os presentes. Mas inicialmente vamos ouvir, então, as regras principais do procedimento de como vai se desenvolver essa Audiência Pública. Para tanto, a Secretária Rosali procedeu a leitura da Resolução nº 30, de 18 de setembro de 2007 (anexo ao processo). **Senhor Presidente da Comissão Vereador Mario Gabardo:** Bem, foi lida a Resolução da Audiência Pública no aspecto regimental como vai se operacionalizar, portanto se alguém quiser posteriormente mais esclarecimentos poderemos até distribuir uma cópia desta Resolução. Evidentemente que vamos tentar fazer com que haja um espaço de pronunciamentos, manifestações, o mais democrático possível; porém respeitando regras que deverão ser de boa condução desta Audiência Pública. Após a leitura do Edital (anexo ao processo), feita pela Secretária Rosali, publicado em vinte e cinco de abril de dois mil e oito, no Jornal Gazeta, o **Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo** assim pronunciou-se: Nós queremos mais uma vez esclarecer que o espaço é democrático. Em cinco minutos de pronunciamento de cada um não poderá haver apartes. Essa é a regra da Casa. E posteriormente poderemos abrir, se tivermos espaço de tempo, para novos pronunciamentos ou ampliações, se houver necessidade. Mas, por princípio poderão se manifestar também as autoridades no final, em algumas considerações finais para os encaminhamentos que se fizerem necessários. Toda manifestação deverá ser dentro do respeito de opinião. Temos que aprender a ouvir e a se expressar, com todo o respeito, as opiniões convergentes ou divergentes. Cada um tem seu ponto de vista, as suas idéias, as suas propostas, as suas considerações. Portanto, essa Audiência Pública segue nesse espaço de democracia participativa. Queremos também esclarecer que hoje nós não vamos tomar posições aqui, a não ser formar um balizador de posições para decisões posteriores, se assim entenderem e se for necessário. Porque a Audiência Pública não tem por finalidade deliberar, e sim formar opinião, ou seja, balizar para as decisões a quem compete. Eu vejo aqui a presença de alguns que vinham nos debates quando elaborávamos o Plano Diretor, durante os anos de dois mil e seis e dois mil e sete, e que hoje aparecem em nosso Plenário novamente. É uma satisfação recebê-los, a todos aqui, Secretários Municipais, pessoas da sociedade civil organizada, entidades representativas. Ocasão em que quando nós discutíamos o Plano Diretor aqui, conforme as localidades, conforme os interesses, conforme as discussões vinham grupos organizados. Hoje nós temos a satisfação de ver novamente grupos organizados. É muito importante a manifestação dos senhores e das senhoras aqui presentes. É muito importante para que a Câmara de Vereadores, num espaço democrático, possa, se necessário, tomar posições e decidir, evidentemente respeitando, junto com o Poder Legislativo e respeitando os demais poderes constituídos. Portanto, deixo claro que qualquer deliberação passará posteriormente para análise da sociedade civil, organizada através do Fórum que tem o caráter deliberativo. Nós mesmos aqui instituímos, os Vereadores, aprovamos esse encaminhamento para que o Fórum possa deliberar e para que o COMPLAN também tenha esse

caráter deliberativo, para somente posteriormente nesse processo de participação da sociedade é que à Câmara tomará eventualmente se necessário algum posicionamento de feitura de lei. Inicialmente vamos ler o projeto que está em debate, portanto, convido a Secretária Rosali para que faça a leitura do projeto em debate. A Secretária Rosali Fornazier prosseguiu a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 04, de vinte e dois de abril de dois mil e oito, e fez a leitura de uma correspondência para comunicar que os Conselheiros Nestor Torreli Martins e Cícero Alvarez representarão o Egrégio Colegiado durante a Audiência Pública, sobre a questão da localização do presídio na Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, no dia doze de maio do corrente ano. Dando início as manifestações, o Senhor Presidente, convidou o **Senhor Nestor Foresti, representando a Associação Caminhos de Pedra** para fazer seu pronunciamento: É um prazer mais uma vez estar aqui, por ver tanta gente interessada no futuro de Bento Gonçalves. Mas por outro lado é um desprazer por ter que estar aqui novamente e colocar coisas que nós colocamos há dois anos atrás. Eu tenho aqui uma cópia da Ata daquela reunião da Câmara em que nós estivemos aqui, em quinze de agosto de dois mil e seis. Só tiro aqui alguma coisa, por exemplo, na ocasião o Vereador Olmes Pertile falava: "Eu estou olhando esse prospecto aqui maravilhoso. Eu acho que os Vereadores não vão deixar o Barracão e aquela área, não vão deixar de apoiar a iniciativa de vocês. Mas eu, viu De Paris, na próxima vez que vocês vierem aqui, eu vou querer que tu me tragas um pão colonial desses aqui, que está uma delícia. A Sessão foi presidida pelo Vereador Baruffi, que acho que hoje não está aqui, ele fala: O Sérgio Tormem, Presidente da Associação dos Moradores, colocou muito bem, que ao mesmo tempo em que se investe na área do turismo, o próprio Governo Estadual investe na área de turismo, também agora vai investir na área que vai desestimular o turismo. Então, há uma contradição. E nós, todos os Vereadores, temos certeza, aqui eu falo em nome de cada um, que nós vamos buscar junto com vocês uma solução que seja adequada, porque essa Casa sempre foi, e falo em nome dos onze Vereadores, o Presidente sempre repete isso, que esta Casa sempre seja aberta à discussão, sempre esteve aberta desde a época do Vereador Ênio". Essas são as palavras de quem presidiu a Sessão, o Vereador Baruffi. Para a minha surpresa, na última Sessão que aqui estive, sentado naquela mesa aí, também disse que não conhecia a área, disse que ali para dentro e defendeu ardorosamente, porque se tem onze milhões na conta, que esses onze milhões agora é que estão fazendo a febre de todo mundo. Então, eu trouxe uma foto. Essa foto é de mil novecentos e noventa e sete, reparem que no lado esquerdo tem o matadouro Tomazini, para quem não conhece a área essa cascata se chama Cascata dos Amores, e faz um "C" o rio, e ali tem outra cascata que se chama Salto Valério, fica uma sobre a outra. Nós temos agora, e essa foto já é atual, aqui, como a Secretaria de Segurança Pública falou, de fato a gente percebe que do lado esquerdo da cascata há um impacto negativo muito grande por conta de uma indústria que aí se instalou, diga-se de passagem inescrupulosamente. Nós todos vamos a Farroupilha, Caxias e vemos aquelas empresas ao longo da rodovia com aqueles belos gramados e

jardins e tudo, e aqui que é uma zona turística olhem a agressão. Tem um lago ali abaixo, então há uma agressão muito grande como foi dito. Concordamos com a Secretaria de Segurança Pública nesse ponto, está degradado o lado esquerdo, mas o lado direito da cascata não está. E é ali que se pretende colocar outra flor do lado dessas cascatas. Temos uma flor aqui do lado esquerdo e vamos colocar mais uma do lado direito que se chama presídio regional de Bento Gonçalves. Aqui tem uma vista aérea onde a gente consegue ver as duas cascatas ao mesmo tempo, só de helicóptero para conseguir isso. Este é o Salto Valério com toda imponência que ele tem quando chove, quando sobre água daquela que mandam para nós tomar banho em Bento, essas são as águas do arroio Barracão. Aqui o mesmo Salto visto de outro ângulo, aos fundos a gente vê o Country e nesse local é o mirante do Country. Como podem ver a área ao redor não está degradada ainda. Isso é o que o Plano Diretor de Bento prevê hoje, essa simulação. O presídio está aqui no lado direito, esse ainda não está no Plano Diretor, estão querendo colocar agora. Coloco que se é essa cidade de Bento que a gente quer, e se isso é bom para o turismo de Bento. **Senhor Leocir Botegga** da Associação Caminhos de Pedra: Gostaria de colocar que nós da comunidade do Barracão e Caminhos de Pedra, nos sentimos até um pouco espantados ao ver que cem por cento dos Vereadores desta Casa estão defendendo os interesses do Estado, onde, na verdade, deveriam sim defender os interesses do Município de Bento Gonçalves. Pois, foi para isso que foram eleitos e é para isso que estão sendo pagos. Aí vocês poderão me dizer, não, mas isso, o interesse da construção do presídio, é da maioria da população de Bento Gonçalves, porque todos querem segurança, porque todos querem que ali seja construído o presídio. Aí, eu também tenho que contrariar essa definição, porque ao longo desses últimos anos nós temos observado que foi feito um verdadeiro terrorismo contra a população de Bento Gonçalves, no sentido de mudar a opinião pública da nossa cidade. Só faltou dizerem na mídia que se não for construído um presídio ali no Barracão o bicho-papão vai pegar. Porque chegaram a dizer que a Associação Caminhos de Pedra vai ser considerada culpada pelos problemas de segurança pública por estar se manifestando contra. Chegamos até ao absurdo de ouvir que se não for construída uma casa prisional em Bento, Bento Gonçalves vai ser igual ao Rio de Janeiro. Já estão comparando Bento com Rio de Janeiro. Se isso não é fazer terrorismo contra a população eu não sei como poderia chamar isso então. Concordo que boa parte da população de Bento Gonçalves hoje quer que se construa, nós também queremos que se construa; um presídio, concordamos que é uma necessidade. Agora, o que precisa é ver com mais seriedade, com mais interesse a localização desse presídio. Até me admira também ouvir por parte do CIC essa defesa tão empolgada na construção neste local. Eu acredito também que é de interesse do CIC, do povo de Bento de se fazer essa melhoria para segurança pública, mas estão deixando de lado de se observar a questão da localização. A construção de um presídio dentro da área urbana já não se faz mais em lugar nenhum do mundo. Os Estados Unidos constrói seus presídios lá no meio do deserto, não é para sacrificar os apenados, é porque construir presídio dentro de área urbana é uma

catástrofe. Aí, vem aqui os Vereadores querendo mudar a lei para poder justificar a construção num local que inteligentemente o Plano Diretor de Bento Gonçalves já definiu como impróprio. Não adianta mudar a lei do Plano Diretor; talvez se mudassem a lei da oferta e da procura senhores Vereadores, aí sim poderíamos resolver esse problema. Poderiam dizer: O que a lei da oferta e da procura tem com a história? Vou tentar explicar para os senhores, se partirmos de um princípio que é verdadeiro de que ninguém quer que construa um presídio perto de casa, isso é uma verdade e todos tem que concordar, a minoria ou alguma exceção que poderá concordar que aceitariam construir um presídio próximo de sua casa. Também é verdadeiro afirmar que ninguém vai querer construir sua casa próximo de um presídio, isso também é uma verdade, ninguém pode nega, e muito menos construir um sítio de lazer e recreio. Então, de que adianta mudar um lote lá no meio do Plano Diretor e dizer que aqui poderá ser construído um presídio, e no seu redor sítios de lazer e recreio. Onde vocês poderão imaginar quem que poderia querer construir seu sítio de lazer ao lado de um presídio, nunca. O que vai acontecer? Tem área disponível, não vai ter interessados naquelas áreas, acontecerá uma maxi desvalorização, isso é óbvio e é concreto. Acontecendo uma maxi desvalorização quem virá morar nesses lugares, eu diria, os "pouca voia" de todo Estado do Rio Grande do Sul, não de Bento Gonçalves, porque aqui terá terra boa e barata e ainda tem a fama de Bento Gonçalves que já estão dizendo por aí que é uma cidade rica, próspera, terreno baratos a dez minutos do centro da cidade, uma cidade onde em qualquer boteco se consegue roubar mais de mil reais. Então, isso é fazer segurança pública? Eu não acredito. Uma outra questão para finalizar, já que o tempo está esgotado para comprovar que está se fazendo um jogo de interesses, um jogo de opinião pública, de convencimento, nas últimas semanas foi amplamente divulgado que o Senhor Prefeito desapropriou a área com dois votos favoráveis e um contrário, então, ali já é uma partida de dois a um. Agora, se vocês lerem os pareceres da Secretaria de Segurança do Estado e da Secretaria da Cultura que estão sendo considerados como favoráveis à construção, só vou ler o último parágrafo onde termina o parecer da Secretaria da Cultura: "Reitera-se que o terreno objeto de estudo está inserido no perímetro urbano estabelecido para o Município, portanto, a aprovação do projeto de construção está submetida ao regime urbanístico próprio definido no Plano Diretor, assim como o licenciamento da atividade pretendida". Uma questão de lógica então. Aqui está, se a Secretaria da Cultura diz que cabe ao IPURB, ao setor do Município de Bento Gonçalves a aprovação ou não, ele não está aprovando e sim está desaprovando essa área, porque o IPURB disse que não é próprio para a construção. Em seguida, a Secretária Rosali registrou mais algumas presenças: do Comandante Luiz Roberto Bonatto, do 3º Batalhão Turístico; da imprensa local, escrita e falada; do Senhor Alex Lotes, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos; Senhor Luiz Alban, da APREBAM; Senhor Antônio Paulo Tomazini, do Departamento Municipal de Trânsito; do Senhor Jaime José Tomazini, 2º Tenente do 6º BCOMDIV; Senhor Gilberto Durante, do COMTUR; Senhor Dorval

Brandelli, da UCS Carvi COMPLAN; Senhor Juarez José Piva, Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico; Senhor Carlos José Perizollo, da ASAPEB; Senhor Jovino Demari, do Sindilojas; Claudino Bianchi dos Caminhos de Pedra; Vereador Leopoldo Benatti; Vereador Francisco Rizzardo; Senhor Anésio Sabino, do Sindilojas; Senhor Ângelo Maróstica, da União das Associações de Bairro; Senhor Paulo Pompermayer, da ASCON Vinhedos; Senhor Felipe Panizzi Possamai, da OAB; Senhora Sandra Giordani, do Conselho Municipal de Educação e do Fórum das Políticas Públicas; Senhor Rogério Spiller, do CIC/Ascon/Vinhedos e a Senhora Ana Carolina Azevedo, do Jornal Serranossa. **Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo:** Queremos esclarecer inclusive que estamos aqui para ouvir críticas, as mais diferentes, fundadas e infundadas; as mais diferentes manifestações com toda a liberdade de expressão da palavra. Nada contra que se façam críticas sem qualquer procedimento ou fundamento. Pois, cada um faz seu julgamento posterior. Queremos concluir as inscrições porque o tempo está limitado, e temos aqui nada menos do que vinte e três pessoas inscritas. Prossequindo aos pronunciamentos, foi convidado para fazer uso da palavra o **Senhor Flávio Virginio Estivalet:** Estou em Bento Gonçalves desde mil novecentos e sessenta e dois e me afastei por força da minha atividade, mas logo que chegamos compramos uma área nos Caminhos de Pedra, no lote nº 20 da Linha Palmeiro, e lá fixamos algumas coisas, e nos aprisionou, e aprendemos a amar essa cidade, essa localidade. O Barracão ainda não tinha a pujança que tem hoje. Por esse motivo, por ser casado também com uma Bento-gonçalvense que me atrai esses assuntos que dizem de interesse a Bento Gonçalves. Fiquei realmente preocupado com a construção do presídio naquela região, preocupado porque sei e sou conhecedor das conseqüências que trazem um presídio numa localidade. Não é necessário dizer ou frisar isso para os senhores, mas vou repetir porque tenho um testemunho pessoal das conseqüências de um presídio. Infelizmente temos homens e mulheres da nossa sociedade reclusos, porque cometeram crimes e ali devem pagar suas penas. E o presídio atrai para suas proximidades os familiares desses presos, não tenho nada contra os familiares, seria até de aplaudir a atitude deles de se aproximarem de um ente de sua família cumprindo pena, mas as conseqüências que trazem esses familiares são, infelizmente, muito nocivas a qualquer comunidade. Não preciso citar exemplos, basta nós abrirmos os jornais e vermos os motins que ocorrem nos presídios, na porta dos presídios o aglomerado de gente. Enfim, traz junto com o apenado uma gama de pessoas que vão infestar, infelizmente eu tenho que usar essa palavra, o ambiente tranqüilo, ordeiro e de paz que temos no Barracão. A pessoa que não está preparada para receber esse tipo de gente, são as principais vítimas, porque não sabem como se defender, como agir, como proceder diante de tamanha calamidade que pode acontecer, e está por acontecer, Senhores Vereadores, se os senhores não tiverem a sensibilidade de observar e mudar esse Plano que está aqui hoje em discussão. Senhor Mario Gabardo, eu conheço Vossa Senhoria desde os primeiros tempos de Vereador e conheço a sua batalha por Bento Gonçalves, e conheço também o empenho desta comunidade no desenvolvimento da política.

Tenho certeza de que há de predominar o bom senso nesse momento, que se transfira essa área, e eu não sei para que área pode ser transferida, mas se for necessário, que se transfira até de município, porque não é possível nós inutilizarmos, hoje, uma das fontes turísticas mais bem vistas pelo Estado, em qualquer parte do Estado em que se ande, que são os Caminhos de Pedra. Construído por homens que se dedicaram por Bento e investiram naquele local, e foi criada uma Lei Municipal assegurando as condições para que aquele Caminho de Pedra realmente se tornasse um ponto turístico. No entanto, hoje, vemos que todos esses esforços de muitos anos praticados, de todo esse empenho desses homens abnegados que trouxeram o turismo para cá está sendo violentamente ameaçado, talvez sem medir as conseqüências que poderão advir com a construção desse presídio. Mudem senhores. Mudem essa lei.

Secretária Rosali Fornazier: Queremos registrar a presença do Senhor Vice-Prefeito Jauri Peixoto; do Doutor Alexandre Scheider, Procurador da República; do Senhor Leonir Rosa, do Sindilojas; Senhora Fernanda Versetti, do CREA/RS; do Senhor Jaime Dall'gnese, do COMPLAN; Senhor Ricardo Signor, da ASCON; Senhor Artêmio Riboldi Junior, da Secretaria de Saúde; do Senhor Nestor Foresti, do CIC/RS e Cícero Alvarez, do Conselho Estadual de Cultura. Também registramos a presença do Doutor Elcio Resmini Meneses, Promotor da nossa cidade. Prosseguindo as manifestações, foi passada a palavra a **Senhora Stefanni Francisquet Romani**, Caminhos de Pedra: Quero dizer que se a construção de um presídio fosse bom, outros municípios estariam lutando para conseguir esse bolo de onze milhões de reais. Bem ao contrário da construção do aeroporto que trará progresso e benefícios e que Caxias foi mais esperto. Autoridades, está a olhos vistos que a construção do presídio na área do Barracão ou do Município será um desastre para todos. Assunto do mundo: preservação da natureza. Existem outras áreas que não causam tanto impacto ambiental, que não destróem as belezas naturais e nem o patrimônio histórico, que ficam fora de áreas turísticas e longe da população. A empresa FEPAM e IBAMA proíbem a nós agricultores de derrubar um hectare para cultivo de parreirais, milho, feijão e etc, e que é uma coisa necessária da vida humana, pois ninguém vive sem comer. Será que irá permitir uma devastação como que será feita para a construção do presídio? Está na hora de reverem alguns conceitos, não pode ter dois pesos e duas medidas. O Secretário Fernando Ferrari deu uma infeliz declaração sobre o patrimônio histórico e cultural existente no local, que é considerado o maior acervo arquitetônico da imigração italiana em meio rural no País, dizendo que não existe área a ser preservada, os bens só foram inventariados, não foram tombados. Devemos concluir, então, que esta área estivesse tombada, teriam escolhido outra. Anteciparam a interdição total do presídio para forçar a desapropriação do terreno. Os Vereadores querem mudar o Plano Diretor somente para a inclusão do presídio nesta área. Concluo, sim, que tudo não passa de uma jogada de interesses políticos e que envolve milhões. Há anos a situação do presídio é precária e sem condições humanas. E de uma hora para outra querem nos fazer engolir um presídio? "O apressado come cru" e a "pressa é a inimiga da perfeição". Eu isento o Prefeito dessa situação,

pois ele está com a "corda no pescoço"; de um lado nós, trabalhadores, e do outro a elite. Bento Gonçalves alcançou um lugar privilegiado em âmbito nacional, com crescimento sócio-econômico, cultural e turístico, melhorando a qualidade de vida. Pois, o turismo gera mão-de-obra humana e não de máquinas, as quais não compram móveis, nem carros e nem bebem vinho. A construção do presídio na área do Barracão não afetará somente o turismo dos Caminhos de Pedra, mas também de Pinto Bandeira, Vale dos Vinhedos, Maria Fumaça e outros serviços como: hotéis, bares e restaurantes, devido aos inúmeros Congressos e Feiras de negócios realizadas o ano inteiro. Portanto, Bento vive e respira turismo. Pois quem vai querer vir para cá e se deparar com camburões, transferências de presos, inclusive do Estado e do País; escolta policial, fugas, rebeliões e dezenas de familiares visitando os seus presos, e até mesmo se instalando nos arredores do presídio? Isso é o que acontece em outros presídios do Brasil. Ou vocês acham que em Bento vai ser diferente? Precisamos de mais policiamento nas ruas, com melhores salários, redução de impostos para gerar mais empregos, pois muito da violência é por falta de trabalho e de comida; redução da maioridade para quatorze anos, com possibilidade de estudar e trabalhar meio turno e diversão nos finais de semana; existe tempo para tudo; maior rigidez nas leis, não adianta prender hoje e soltar amanhã. Não joguem milhões dentro de um buraco em forma de terraplenagem; façam um abaixo-assinado pedindo a transferência dessa verba para outra área, alegando revisão e constatação do grande impacto ambiental e turístico que sofrerá essa região. Peçam a construção de um presídio modelo em uma área afastada da população e da cidade, com fábrica para os presos trabalharem, que eles tenham cursos de capacitação profissional e remunerados, só assim conseguiremos reduzir a violência e termos possibilidade de incluirmos esses presos novamente à sociedade, diminuindo os prejuízos causados aos cofres públicos para a manutenção de cada preso, pago através dos altos impostos cobrados de nós, trabalhadores. Não adianta jogarmos numa prisão, temos que dar suporte para se regenerarem ou consciência de não pensarem em cometer algum tipo de violência ou delito. Nós temos que trabalhar cinco meses só para pagarmos impostos. Por que eles não? Eles têm que ganhar tudo de graça e ficarem o dia inteiro sem fazer nada. O turismo vem numa crescente, não joguem fora o que foi conquistado com tanto esforço, e Bento Gonçalves tem potencial para muito mais. Grandes vinícolas e indústrias de móveis estão se transferindo para outras cidades e estados por falta de incentivos, e agora querem acabar com o turismo também? E mais, lancem um só candidato à Câmara Federal, só assim teremos chance de lutar para conseguirmos melhorias para o Município, porque é uma vergonha uma cidade como Bento não ter representação na Câmara Federal. **Senhora Jaqueline Ferrari**, Caminhos de Pedra: Quero dizer que não estamos contra a construção do presídio, mas sim onde ele vai ser construído. Porque, além do impacto ambiental e da visualização em cima de uma cascata, onde todos os turistas querem visitar, e se quer ter uma entrada, tem uma entrada para chegar até lá, acho que poderia haver outra área que não tenha impacto ambiental e turístico. Ao

invés de lutar para a construção do presídio se poderia lutar pela construção do aeroporto em Mato Perso, que beneficia todas as cidades. Hoje, para quem quiser ver em rede nacional, Caminhos de Pedra que vocês sabem muito bem, Caminhos de Pedra é um roteiro turístico cultural onde se preserva a natureza, a cultura, onde são famílias que trabalham e lutaram para ter o que tem hoje, com muita dificuldade. Para vocês saberem Caminhos de Pedra é cenário de filmes, filmes como "O Quatrilho", que foi lá e participou de um prêmio internacional e concorre. Hoje em rede nacional, na Bandeirantes, temos Caminhos de Pedra como cenário da novela. Gostaríamos que vocês revessem tudo isso, porque hoje Caminhos de Pedra leva o nome Bento Gonçalves ao mundo inteiro. **Senhor Ademar Petry**, presidente do CIC: O que nos credencia a vir falar nessa Tribuna em relação essa questão tão importante do presídio são mais de dezesseis anos de acompanhamento desse tema. Em mil novecentos e noventa e dois nós já acompanhávamos a questão da discussão com os prefeitos municipais relativamente a discussão de encontrar-se uma área para se instalar o presídio em Bento Gonçalves, porque na oportunidade já se tinha a noção da dificuldade do presídio atual. Mais recentemente dentro do conselho da comunidade, e discutir profundamente essas questões; atualmente na questão de Presidente do CIC e mais do que isso senhores, na condição de Coordenador do Fórum das Entidades de Bento Gonçalves que reúne quarenta entidades que discutiram esse tema. Quero dizer aos senhores, não estamos aqui discutindo qual é a área que nós pretendemos eleger como necessária para a construção do tributo; estamos aqui para discutir única área, não existe outra área. Foi solicitado a todos que indicassem áreas, foram analisadas mais de trinta áreas, todas elas pelos critérios técnicos e pelos critérios econômicos uma única área sobrou, e é essa do Barracão. Queremos dizer a todos que parece que existe uma dificuldade de interpretação, a defesa que existe lá parece-me ser defesa cultural e histórica, e não turística. Não somos contra a questão da análise da defesa do patrimônio histórico e cultural, mas também temos que ter presente senhores uma única questão: o presídio que hoje existe interditado; e aí não vai nenhum tipo de demanda no sentido de fazer com que a comunidade tenha presente de que isso é forçar uma situação, existe na verdade uma circunstância muito difícil pela qual nós estamos trabalhando. Quero dizer para os senhores de que diante dessa análise feita nós temos consciência absoluta de que a única área que resta, a única área que foi colocada e indicada por qualquer pessoa, não restou outra para que a gente pudesse fazer uma análise da busca da interpretação. Se houvesse, com certeza absoluta, estaria colocada a mesa. Muitas delas foram analisadas, mas todas descartadas sob aspectos técnicos. Não somos contrários a questão da defesa dos patrimônios, mas sempre temos dito: "Qual o maior patrimônio que existe"? Um patrimônio cultural ou o patrimônio da vida? Com certeza absoluta nós não vamos perder o Barracão, não vamos perder o patrimônio histórico, não vamos perder o patrimônio cultural. Medidas compensatórias serão feitas para amenizar as questões todas e tornar aquele ambiente natural, pela necessidade que temos de ter ali presente uma casa prisional. Estamos na iminência de

perder o presídio. Se perdermos a verba que temos hoje, com certeza absoluta, não haverá outra oportunidade. E eu pergunto: Como fica a questão da segurança pública num presídio que hoje tem noventa e seis vagas e mais de trezentas pessoas? A interdição? Não é por questão política; a interdição é por questão técnica. Pergunto a alguns dos senhores, nenhum de nós está imune a cometer um ato infortuno qualquer e amanhã ter que ser recolhido para o presídio municipal: gostaríamos de estar no presídio tal qual hoje ele se encontra? Eu não gostaria. Queremos, a sociedade, fazer com que na verdade cumpram-se as normas constitucionais de que o preso tenha que ser socializado. Como queremos socializar um preso numa casa prisional da forma que se encontra? O que está se querendo é construir um presídio que dê condições de se ressocializar o preso, e é fruto do meio, é fruto da sociedade, razão pela qual nós defendemos a questão de que estamos aqui lutando pela única área, não existe outra área à disposição que contemple os interesses técnicos, porque passamos por todas as análises e discussão nesse sentido. E digo aos senhores que ninguém se levante amanhã para reclamar do aumento dos índices de criminalidade em Bento Gonçalves caso percamos a construção do presídio. Ninguém se levante amanhã para dizer que houve danos ao seu patrimônio, a sua família ou seus bens, porque não temos casa prisional para colocar os detentos para cumprir com a sua dívida social.

Senhor Doutor Lucas de Abreu: Hoje é um dia histórico. Sempre que se discute o Plano Diretor em Sessões como estas nós temos que assim considerar. A minha posição é conhecida, todos sabem, pois afinal em duas oportunidades quando o Plano Diretor estava jogado às traças, que a cidade por mais de vinte e um anos nada tinha feito, tive o privilégio de contribuir com essa cidade que me acolheu tão bem, e realizamos uma reavaliação do Plano Diretor, e depois uma outra, e esta última eu não participei, mas tenho escrito inúmeros artigos dizendo que esse plano é bom; ele não é apenas bom, ele é excelente. Agora, se não se fizer uma boa leitura do Plano e se não se gerir esse Plano, plano nenhum salva as catástrofes que estão anunciadas. Já escrevi que o Plano Diretor pode ser tudo, ou nada. No fim de semana, aproveito para corrigir um erro que saiu na matéria que disse que o IPURB foi criado em mil novecentos e oitenta e cinco, foi erro meu, não do jornal que publicou, foi criado em mil novecentos e noventa e cinco. Na imprensa de Porto Alegre o Presidente da Câmara esses dias disse que Porto Alegre tem que criar um instituto de planejamento independente e autônomo. Porto Alegre está discutindo isso. Hoje, o Jornal do Comércio: "Projeto deve ter articulador, diz especialistas". Especialista é um especialista, é administração pública pela Fundação Getúlio Vargas. As outras cidades querem fazer o que nós já temos aqui, só que não estamos sabendo valorizar. Com todo respeito, a Câmara não deve aprovar este projeto, mas não deve aprovar por circunstâncias outras, não por aquelas que estão discutindo, e que vou aqui declinar e já escrevi no jornal que saiu no final de semana. A sociedade necessita de segurança jurídica e não de atropelos jurídicos. Quando um plano, numa circunstância como a que estamos discutindo, vem a Câmara e propõe uma alteração, ela é nobre, mas a Câmara

tem que ser reservada para coisas mais nobres ainda. Pois aí, então, em circunstâncias como essa ou outra, a Câmara é o lugar que se desfaz a lei. Não. Não é para isso que existe a Câmara. Este Plano tem, e é por isso que tenho dito, tem que ler o Plano, está aqui nos princípios no artigo oito. Os princípios desse Plano são, mais ou menos, guardadas as devidas proporções daquilo que os senhores já ouviram falar, uma espécie de cláusulas pétreas do Plano, é a espinha dorsal do Plano. Mas é mais do que isso, o Plano, depois no artigo nove, no parágrafo único, ele dita os mecanismos de solução dos conflitos, diz assim: "Os conflitos na aplicação das normas do presente Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município serão resolvidos pela supremacia da diretriz fundamental, bem como, em cumprimento das diretrizes gerais previstas no artigo dez e doze, em observância aos princípios instituídos no artigo oitavo". Quer dizer, o Plano tem os mecanismos de solução para resolver o impasse com o terreno. Claro, tem que botar a cabeça funcionar e ler aquilo que foi aprovado. O artigo trezentos e trinta e seis A, é uma anomalia na lei cento e nove, porque ele contradita com o próprio artigo trezentos e trinta e seis. Essa é a reflexão que eu quero. E concluindo, quero que o Senhor Prefeito Alcindo Gabrielli marque a sua gestão, torne o IPURB independente e autônomo, como foi inicialmente concebido. **Senhor Presidente da Comissão:** Queremos esclarecer que os senhores Vereadores promoveram centenas de reuniões nesta Casa, quando da aprovação desse Plano Diretor e que tiveram várias audiências públicas para toda a sociedade se manifestar. E hoje estamos nesse processo, novamente, de Audiência Pública, exatamente num processo democrático onde os senhores, da população têm um espaço reservado para se manifestarem, e esse espaço é sagrado para os senhores e senhoras. Queremos também dizer que a Câmara de Vereadores ao propor qualquer alteração não vai deliberar enquanto não passar pela sociedade civil organizada, este projeto inclusive, pois tem o Fórum, foi constituído legalmente aprovado pelos senhores Vereadores, o Fórum Municipal e o Conselho Municipal, que tem caráter deliberativo. Portanto, esse Plano Diretor atual foi muito bem estudado pelos senhores Vereadores e com a participação da sociedade. **Senhor Ênio De Paris,** representante da Comunidade do Barracão: Procurem fazer uma história comigo, que representei a comunidade Bento-gonçalvense por oito anos nesta Casa Legislativa. O que se constrói, não se destrói. Cada um, que aqui está presente, que está lá nos ouvindo na comunidade do Distrito, sabe muito bem o que nós lutamos em oito anos para construir; sabe muito bem o que é lutar por um asfalto; sabe muito bem o que o senhor Tarcísio Michelin lutou por esta comunidade; sabe muito bem o que as associações lutaram para melhorar financeiramente e gerar impostos ao Município. O que nós fizemos com esses impostos? Foram à Brasília e vão retornar para se construir um presídio naquele local que nós tanto trabalhamos para o turismo, para a geração de empregos, para o desenvolvimento. Eu lembro de muitos que estão aqui que eram crianças lá, jovens, filhos dos senhores que trabalharam para isso. Entendo perfeitamente a posição da Juíza Fernanda, perfeitamente, são condições do nosso presídio que temos que

resolver. Mas não posso entender que entidades representativas de geração de impostos, senhoras e senhores, venham dizer que o Distrito terá uma representação. Sim, nós vamos melhorar, se hoje não conseguimos fazer um refúgio de ônibus, se hoje nós não conseguimos fazer no natal, na páscoa uma limpeza condizente no Caminhos de Pedra. A limpeza nas ruas, o refúgio dos ônibus. Como nós podemos dizer que vai melhorar, construindo um presídio lá? Teremos um bônus? Qual é o bônus que essas comunidades vão ter? Não se fala aqui, não se discutiu, o Executivo, os seus Secretários, o que nós vamos dar de geração de emprego para essa gente que realmente vai perder, porque ao seu redor, certamente, serão construídas casas daqueles presidiários que teremos que dar emprego. Então, fique bem claro isso. Não existem mais áreas? Existem áreas, é lutar para se tentar junto aos demais Prefeitos, Secretários da região. Entendo, Juíza Fernanda, perfeitamente a sua posição, correto. Imaginem se fossem filhos nossos lá no presídio. Perfeitamente; agora, vamos entender estes representantes que aqui estão e que construíram e geraram impostos, eles estão gerando impostos, indústrias. Lembro muito bem que não tinha asfalto para lá, e a comunidade pediu para que hoje eu estivesse aqui presente. Ênio, você nos representou oito anos. Nós queremos que você vá justificar tudo aquilo que nós trabalhamos nesse período. Tenho certeza que os Senhores Vereadores tem lá no seu coração essa posição, que o Executivo tem a sua posição e o que fez, o que nós construímos e que esta Casa Legislativa muito ajudou aquela comunidade. Vamos pensar nesse Plano, porque no amanhã nós teremos mais um ano senhores. São as unidades de tratamento de água que vão para lá, porque o Barracão mais uma vez é penalizado. Por que se faz isso? Por que penalizar essas famílias lá? Nós lutamos muito para ter unidade de saúde para tratamento preventivo para essas famílias. O que foi apresentado a essa comunidade como bônus? A Federação, o Estado, que está defendendo eu não ouvi dizer: o Distrito vai ter o presídio e qual é o bônus que vai ter? As entidades representativas de melhorias? Senhores Vereadores, Senhor Prefeito, pensem nisso e nós analisaremos o amanhã. Muito obrigado. **Senhor Felipe Possamai**, representando a OAB: Dizer que a Ordem dos Advogados do Brasil, subseção local de Bento Gonçalves, inicialmente destacar que não é contra a construção do presídio, assim como creio que todos que já se manifestaram anteriormente nesta Tribuna. Mas, nesta condição não nos antecipamos em um juízo definitivo de valor da localização, mas destacamos a necessidade de se, efetivamente, for feito na comunidade do Barracão a imperiosa preservação de um eventual impacto ambiental ou cultural que possa vir a ocorrer, dentro do possível minimizar esta situação. Não é fazermos uma contraposição contra a construção do presídio, parece óbvio da necessidade de que seja feito em algum lugar e tem que ser resolvida. Temos uma contribuição aqui a dar, como a idéia é não se atropelar o processo todo da construção desse presídio, uma manifestação no sentido de que se o prazo para a utilização desta verba termina no final do mês, como todos têm dito, todo mundo fala, mas salvo engano não se verificou a documentação demonstrativa deste prazo fatal, e caso ela exista,

admitindo isto, após esse prazo ela seria perdida realmente? Nesta idéia de contribuir para não se atropelar o processo todo, democrático, e que já vem de longo tempo se tratando da construção do presídio. **Senhora Lenir Braido**, do Caminhos de Pedra: Estou emocionada até em estar aqui e poder falar para meu povo do nosso Caminhos de Pedra. A gente sabe, eu sei como sócia-fundadora dos Caminhos de Pedra, da Associação, quanto se batalhou, quantas noites sem dormir praticamente na batalha da construção dos Caminhos de Pedra. A batalha de convencer, de incentivar o quanto iria ser bom para nós moradores a restauração de nossas casas culturais, restaurando e mantendo o patrimônio cultural que é os Caminhos de Pedra. Isso nos fez trabalhar muito e nos enriqueceu na cultura, na cultura social e econômica. Estou aqui falando um pouco do que vivi e sentindo tudo isso sendo depredado pela possível construção desse presídio, e que nos entristece, porque se batalhou tanto para construir tanta coisa bonita e que rendeu ao nosso Município, nossos cofres públicos, entre trabalhos, projetos, grupos culturais, banda, danças, coral, tudo isso sem nenhum retorno. Isso tudo a gente trabalhou e batalhou com os nossos próprios pés, porque pouco se ganhou, pouca ajuda tivemos do Poder Público. Então, foi de coração que a gente batalhou para isso e até hoje se continua com isso representando e levando tudo isso para o Estado e para o País, porque quem nos visita nos Caminhos de Pedra não é só o pessoal do Rio Grande do Sul e Bento Gonçalves, é o Brasil e é mundial. Temos muitos turistas que nos visita e levam para fora o que encontram aqui, uma mini Itália que é reconstruída por nós moradores. Eu não sou contra o presídio, jamais; ninguém que está aqui é contra o presídio, a gente sabe o quanto é necessário isso. Mas, o local onde vai ser construído é que nos machuca, que é dentro do projeto, é um lugar lindo e maravilhoso como o Nestor apresentou e está ali para todos verem. Isso vem a ferir todos os nossos princípios, tudo o que batalhamos, tudo que estamos vivendo hoje, porque todos esses moradores dos Caminhos de Pedra que estão aqui não ganham nada, só amor no coração por uma cultura que vem dos nossos avós e bisavós. Então, a gente pede que também sintam um pouco com o coração de vocês, vocês que são o Poder Público, Poder Judiciário, que conseguem resolver e defender os nossos direitos. Nós somos aqui meros moradores, não temos poder em nossas mãos, então a gente espera que vocês com o poder que tem também trabalhem um pouco com o coração, para sentir que não podemos botar fora tudo isso que a gente reconstruiu em todos esses anos. E talvez, quem sabe, encontrar um lugar melhor que não fira tanto a nossa cultura, o nosso lazer de viver. **Senhor Claudino Bianchi**: Hoje me sinto até envergonhado de vir aqui defender o que nós tínhamos conseguido que era um Plano Diretor, que nós lutamos para construir e hoje está sendo descaracterizado dessa maneira e tentando destruí-los. Nós procuramos áreas e, inclusive, fui eu e o Foresti em Garibaldi e entregamos para a Doutora Fernanda as áreas e uma área que tinha visto lá de doze hectares em cima de um campo, e bonita, e é perto da Rota do Sol, mas não deram bola. Na Linha Pradela também tem uma área e em Tuiuty também. Agora, o Presidente do CIC vem aqui dizer que é a única área, eu me sinto, ao invés de proteger o que

está feito estão tentando destruir. Por que não se preocupa o Presidente do CIC em perguntar para o Prefeito para dar uma área para segurarmos as empresas em Bento Gonçalves, o presídio e também a cidade dormitório. Lá no Barracão não podemos construir empresas, tem umas empresas agora que querem ampliação e não podem ser ampliadas e vão para Garibaldi e lá vão ganhar toda a terraplanagem. Bento Gonçalves, são uns trouxas, perdemos também o campo da aviação. Eu não sei o que estamos fazendo aqui, alguns políticos estão direcionando para a destruição e alguns não. Porque quando a gente decide um Plano Diretor é traçado um caminho de todas as entidades e nós vamos seguir para esse caminho, nós vamos ter o nosso futuro. De repente chegamos aqui e está sendo destruído. Essas duas cascatas que estão ali podemos, futuramente, construir um teleférico. Se Gramado tivesse essa área, pessoal; bitem na cabeça, se Gramado tivesse essa área, o que faria? O Prefeito Municipal de Gramado teria ter investido e daria um teleférico ali. Quarenta e cinco mil pessoas vão por ano no Caminhos de Pedra. Acho que os nossos Vereadores tem que analisar melhor isso. Não concordo com o Presidente do CIC chegar aqui na frente e dizer um absurdo desses, não concordo. Acompanho ele e que está dando entrevista há mais de um ano que o Barracão, hoje tive a oportunidade de vir aqui para falar isso, pelo amor de Deus. Existem áreas compatíveis para a construção do presídio. Para encerrar, quero dizer que temos que usar muita sensibilidade e os nossos políticos que analisem bem o fato. O Caminhos de Pedra foram anos de construção e não devemos destruir agora. Agradeço também as autoridades que estão dando apoio para nós e que tiveram a altivez de ver e dar oportunidade para nós discutirmos a realidade do nosso Distrito. **Senhora Graziella Canteli**, representando o Restaurante Nona Ludia: Vou ser bem simples e objetiva e a maioria das pessoas já colocaram o que para nós vai ser de ruim o presídio aqui. Dois itens bem importantes, e que as pessoas vem colocando, é a respeito das áreas. Sou totalmente contra. O que sou contra nisso: é que na verdade a área do Barracão, devido o que foi apresentado, é totalmente irregular. O que vai ser gasto também para fazer aquela manutenção das terraplanagens que vai ser um investimento enorme, sendo que os itens vêm questionando que tem que ser terra plana e têm outros fatores que na verdade são contra a área de lá. E a respeito das medidas compensatórias, devido ao que foi explanado por pessoas que sabem, o que a gente vai ter de lucro, entre parênteses, a arrecadação que existe é pouca para tantas verbas que são destinadas e acho que a gente não vai ter nada de bom para nós lá. A arrecadação do IPTU de Bento é extremamente pequena em comparação ao que tem que ser devido. Para as pessoas pequenas, que somos, nós isso vai aumentar e para os grandes são isentadas. Sou contra isso e gostaria realmente que o pessoal revesse essa situação. Existem outras áreas que são melhores e lá seremos prejudicados, porque existem outras pessoas que estão desenvolvendo projetos, principalmente o pessoal da Bentec que está lá no Salgado, que isso vai interditar. Como é que vai ser para o turista passar naquela área? Quem vai passar lá na frente, com um presídio, tendo toda aquela transformação que vai

acontecer depois da colocação do presídio lá? O pessoal deve rever isso. Isso nos machuca muito, principalmente na nossa área lá. Hoje a noite, quem quiser acompanhar, às vinte horas e quinze minutos na Bandeirantes irá passar três capítulos que irá iniciar a novela que vai explicar o que a gente tem de bom no Caminhos de Pedra. Cada vez mais o pessoal que vêm de fora vem buscar o que temos de bom e melhor. Isso gera Bento Gonçalves a nível mundial, para apresentação do nosso projeto, inclusive das belezas do patrimônio histórico que temos. Acho que cabe a cada um pensar e a gente espera que a gente receba o melhor de vocês. **Senhor Gilberto Durante**, do Conselho Municipal de Turismo: Foi falado por diversas pessoas aqui os argumentos em função da defesa com relação a instalação do presídio nessa área proposta. Mas na condição de Presidente do Conselho Municipal de Turismo gostaria de trazer mais um ato novo aqui e dizer para todos que a batalha, digamos a defesa da atividade do turismo se iniciou em mil novecentos e oitenta, e em mil novecentos e noventa e dois iniciou-se esse projeto cultural Caminhos de Pedra. Acredito que tivemos o mérito, a capacidade e a organização, enfim, de projetar isso e levar a bom termo. Hoje são mais de trinta famílias com seus negócios próprios que desenvolvem atividades turísticas na região. Nós evoluímos bastante ao longo desses vinte e oito anos. Naquela ocasião não podíamos ouvirmos nos discursos políticos que Bento Gonçalves era um pólo turístico; hoje, além de ser um pólo moveleiro, um pólo vinícola, seguidamente a gente houve a referência ao pólo turístico e está muito bem colocado. Estamos hoje entre os três destinos do Estado habilitados em receber congressos a nível estadual, nacional e até a nível internacional. Como tivemos na semana que passou um congresso latino americano de deficientes visuais na nossa cidade com participação de dezenove países. Recentemente também, e esse é um fato importante que gostaria de colocar e não foi comentado ainda, dos mais de cinco mil municípios que existem no Brasil, desses três mil e oitocentos com iniciativas de desenvolvimento de atividade turística, nós, de Bento Gonçalves, fomos selecionados entre os sessenta e cinco destinos indutores pelo Ministério do Turismo. O que significa isso? Que nós vamos receber investimentos para o desenvolvimento de um destino turístico indutor regional com o objetivo de nos tornarmos uma referência internacional para o recebimento de turista. Então, é muito importante que a gente esteja atento a isso. É um momento especial para nós. O Presidente da Sessão citou no início da reunião a democracia participativa. Então, é para isso que a gente está aqui. Nós queremos realmente expor o nosso posicionamento, nós não somos contra a construção de um presídio. Acho que quem tem que decidir isso são as pessoas técnicas, os responsáveis, quem elabora os estudos. A nossa opinião, baseada em achismo, realmente fica muito difícil. Eu acredito que o nosso Plano Diretor foi muito bem estudado e elaborado, a gente teve a oportunidade de acompanhar, de participar, de discutir. Também o nosso grupo de turismo participou muito do planejamento estratégico Bento Gonçalves dois mil e vinte e sete. Agora, não adianta nós planejarmos, se nós não seguirmos o que está planejado. E é nessa questão que a gente se preocupa. Quem é que

tem condições de dizer para que lado o Município vai crescer. Eu acredito que diante dessa posição da construção do presídio nesse local, nós estamos tomando uma ação de curto prazo, porque em breve nós estaremos com esse presídio novamente dentro da área urbana do Município. Eu gostaria de deixar o meu apelo, para que a gente, realmente, tomasse a decisão no momento em que tivéssemos a certeza absoluta se é o certo ou errado, onde deve estar o presídio. Porque depois que decidirmos e não tivermos mais tempo de voltar, aí vai ser tarde demais. **Senhor Gilmar Canteli**, representando Caminhos de Pedra: Sou agricultor lá dos Caminhos de Pedra e nós temos o nosso projeto já há dezesseis anos por uma comunidade. Consegui ter auto-suficiência e sobreviver no interior, que hoje em dia às vezes não é tão fácil. Embora a nossa luta seja silenciosa nós queremos expressar aqui que defendemos, com aquilo que conseguimos, a nossa comunidade. Talvez as pessoas que devam olhar mais para as pessoas do interior, ou para algum projeto específico que esteja em andamento, não estejam com os olhos atentos após a instalação de projetos que tenha auto-suficiência. O Caminhos de Pedra representa um ganho também em impostos para Bento Gonçalves. Nós queremos que com alguns pareceres de pessoas que talvez sem olhar o depois dos acontecimentos venha a deteriorar um projeto que foi construído, foi estudado, que tem diversas pessoas no meio desse projeto que vislumbram não só Bento dois mil e vinte e sete, mas Bento muito mais além disso; nós queremos que esta questão do presídio seja mais analisada. Creio eu, também outros falaram, que não é uma questão de tempo, não devemos atropelar as coisas. Quando nós damos um prazo, às vezes, por causa desse prazo a gente atropela muitas coisas sem depois ter dito: eu não deveria ter feito isso. Mas acho que nós devemos, se o País nos dá um prazo para fazer determinadas coisas ele deve nos dar um prazo também para nós analisarmos aonde melhor fazer essas coisas, esses empreendimentos, quer seja presídio, quer seja indústrias e outras coisas. Acredito que se um presídio tem uma má visualização não adianta tirar uma má visualização do centro e largar em outro ponto. O que entendo é que se há uma doença não adianta simplesmente mudar ela de membro, ela deve ser sarada. Então, que se estude melhor a posição desse presídio, eu não sei, questão de terras, de locais. Se há ou não há, isso é uma questão técnica e acredito não ter sido técnica a colocação do presídio, ou seja, a destinação dessa área no Barracão acredito não ter sido tão técnica assim, acredito ter sido até política. Há diversos aspectos a serem analisados. Mas o que defendemos é que não seja colocado o presídio quer seja nos Caminhos de Pedra, quer seja no Vale dos Vinhedos, quer seja no Vale das Antas. Que não venham interferir numa comunidade, porque muito simples o Município dizer, não, vai ser instalado em tal lugar, mas acredito que essas pessoas que pertençam a esse tal lugar devam ter chances de se expressar vendo o que pode danificar essas comunidades. Sei que é um momento difícil, a comunidade quer um presídio, mas a comunidade quer o presídio; ela não quer que seja instalado no Barracão. Eu não sou orador, não sou radialista, a gente está aqui, simples agricultor, colocando o nosso ponto de vista: que se

estude melhor essa colocação do presídio. Nós, dos Caminhos de Pedra estamos numa luta talvez singela, por baixo, não temos muito acesso a imprensa, de um auto-poder de entrada; é difícil a gente se expressar aqui porque não temos habilidade nisso, mas queremos expressar simplesmente que nós não gostaríamos que o presídio se instalasse lá para nós não vermos destruído o sonho de nossas famílias do interior ficarem lá, produzirem lá e sem ter que mandar seus filhos para a cidade para futuramente gerar esse cinturão de miséria que se instala ao redor da cidade. Era isso, quero dizer que não sou favorável a construção do presídio lá no Barracão. Obrigado. **Senhor Nestor Torelli Martins**, membro do Conselho Estadual de Cultura: Importante comentar que o Conselho Estadual de Cultura é o órgão do Estado, não é um órgão de governo. Foi criado pela construção do Estado do Rio Grande do Sul, representa a comunidade nos seus diversos setores, tanto da música, do patrimônio histórico, do tradicionalismo, das artes plásticas. São instituições que indicam pessoas para compor esse Conselho, e não somos demissíveis "ad nutum" como pensam algumas autoridades. A nossa integridade está garantida na nossa opinião em função dessa legislação com a qual o Conselho foi criado. E o Conselho durante muito tempo colaborou, inclusive, em todo Estado, com as mais variadas manifestações da cultura local. Com muito orgulho, nesse decorrer de anos, Caminhos de Pedra também recebeu nosso apoio. Nós indicamos mérito daqueles projetos culturais que são submetidos a Lei de incentivo à cultura, fruto de uma parcela do ICMS, que é indicada para financiamento e atividade cultural no Estado. O Conselho toma a iniciativa de examinar a subestação e ver o mérito, se realmente tem valor cultural aquela iniciativa. Isso fez com que o Caminhos de Pedra recebesse quase três milhões de reais durante esse decorrer de tempo. E quando vimos a notícia de que em Bento Gonçalves estava sendo escolhido, a área desse projeto turístico, cultural que é o Caminhos de Pedra, como único recurso para colocar o presídio, nos sentimos traídos. Porque, afinal de contas a comunidade, os produtores culturais, os poderes públicos, como os senhores citam, o apoio financeiro, assume também o compromisso da contrapartida. O Estado pede de que essa comunidade, esse poder público se comprometa a preservar aquele processo cultural, aquele patrimônio cultural da forma mais íntegra possível. E eu não preciso discorrer aqui os prejuízos que virão da colocação de um presídio num roteiro essencialmente turístico, cultural. Se o critério que foi utilizado diz que era a única área, eu fico imaginando, também poderia ser colocado esse presídio no Vale dos Vinhedos, ia ficar muito bonito um presídio no meio das vinícolas. Um absurdo! Um absurdo porque influi no aspecto turístico, cultural, essencialmente turístico no Vale dos Vinhedos e da produção vinícola dessa região. Qualquer iniciativa dessas sempre tem que ser profundamente analisada. É lógico que o presídio tem que ser produzido, tem que ser edificado nessa região, mas sem maiores danos a projetos anteriores que tem que manter a sua integridade para terem realmente o seu valor e sua finalidade preservada. Então, eu peço que reconsiderem essas tentativas, caíram muito mal no Conselho. O Conselho a partir desse momento vai ter que reexaminar profundamente qualquer

solicitação que venha dessa região, porque poderá sempre ser um capital aplicado, um capital advindo do Estado. Vocês todos sabem que a verba para a cultura é bastante restrita, nós temos que fazer uma seleção profunda para ver de todos aqueles quais os que mais méritos tem ainda para poderem receber esse auxílio. E no caso de Bento, acreditamos que sempre teve o mérito necessário para receber. Esperamos poder continuar dedicando boa parte da verba dali também para o Município de Bento Gonçalves, desde que não aconteça esse tipo de desastre. A gente fica imaginando o quanto de visitas já foi produzido nesse local, eu mesmo, como professor da Unisinos, durante o decorrer de dez anos, de eu ter trazido mais de mil alunos da Unisinos, e são alunos que têm origens das mais diversas regiões do Estado, quando não até fora do Estado. Todos saíram profundamente impressionados, projetando: 'eu vou falar na minha cidade'; 'eu vou falar lá no meu município, a possibilidade de a gente fazer algo semelhante'. Bento tomou uma iniciativa muito importante, porque com todos se programando na sua formação de arquitetos, algum dia poderão participar de um projeto semelhante. Fica aqui portanto o meu alerta, para que Bento Gonçalves, por iniciativa da sua própria comunidade, sua representação, procure preservar profundamente o patrimônio tão importante, como é o caso do Caminhos de Pedra. **Doutor Cícero Alvarez**, do Conselho Estadual da Cultura: Eu gostaria de ler uma série de manifestações que foram solicitadas a diversas entidades sobre a questão da implantação de um presídio regional na localização do Barracão. O ICOMOS que é o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, órgão ligado a Unesco, ele emitiu um parecer. Alguns dos pontos levantados: que Caminhos de Pedra é um patrimônio natural e material da sociedade Riograndense, por sua arquitetura singular, por seu ambiente natural, por sua paisagem, pelos valores sócio-culturais da imigração italiana na consolidação da cultura gaúcha; que o Estatuto das Cidades determina que o patrimônio cultural e ambiental deve ser protegido na sua integralidade, e que o entorno é parte integrante desse patrimônio; que o próprio Estado do Rio Grande do Sul e a União reconhecem como patrimônio cultural e ambiental o Caminhos de Pedra ao liberar recursos vultosos de renúncia fiscal para restauro e consolidação das edificações e do ambiente paisagístico. E manifesta-se contrário a instalação de uma unidade prisional na área proposta. Da mesma forma o Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Rio Grande do Sul foi consultado e emitiu parecer contrário à implantação do presídio regional no local determinado. O IPHAE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado enviou ofício nº 396 de dois mil e seis, ao superintendente da SUSEPE, em dezessete de novembro de dois mil e seis, o ofício afirma que o local não é adequado para a instalação do presídio regional em Bento Gonçalves e conclui ser prejudicial a implantação por seu impacto negativo sobre as atividades turísticas, prejudicando ou até mesmo inviabilizando o projeto Caminhos de Pedra; a sustentabilidade econômica e social das famílias; e prejudicando importante patrimônio histórico e arquitetônico. O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, em ofício, afirma: a área objeto está inclusa no perímetro urbano e

seu zoneamento; conforme Plano Diretor de Bento Gonçalves, é zona para sítios de recreio com lote de dois mil e quinhentos metros quadrados, em função da riqueza paisagística em torno, e também devido ao diagnóstico do local e suas adjacências que mostrou que esta área está limitada por uma barreira natural imposta pelo arroio Burati e impostas com declividades superior a trinta por cento, que foram preservadas desde o mesmo plano, recebendo um zoneamento denominado zona de preservação ambiental. O Ministério da Justiça publica e a SUSEPE utiliza isso como critério as diretrizes básicas para a construção ampliação e reforma de estabelecimentos penais do Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Dentro dos parâmetros para a escolha das regiões são: facilidade de acesso, presteza das comunicações e a conveniência sócio-econômica, ou seja, o aproveitamento dos serviços básicos e de comunicação existentes, meio de transportes, rede de distribuição de água, de energia, de serviço de esgotos, e das reservas disponíveis hídricas, vegetais e minerais, bem como as peculiaridades em torno. Os conjuntos ou estabelecimentos penais não devem de modo geral ser situados em zona central da cidade ou em bairro eminentemente residencial. Os estabelecimentos penais deverão estar localizados de modo a facilitar o acesso e apresentação dos processados em juízo. As áreas metropolitanas e os centros regionais deverão ser prioritários na escolha dos locais para a construção de conjuntos ou estabelecimentos penais de maior porte. A origem das pessoas presas é um dos indicadores. Na escolha deve se evitar terreno muito acidentado, de aterro e alagadiço tendo em vista o alto custo gerado por movimento de terras e de fundações especiais. O terreno deve possuir área suficiente para abrigar a construção proposta, aproximadamente dez hectares. O ofício da SUSEPE solicitado pelo Conselho Estadual de Cultura tem o seguinte conteúdo: Em relação a escolha da área do Município de Bento Gonçalves para a construção de uma penitenciária em regime fechado informamos que foram vistoriadas várias áreas, inclusive nos municípios vizinhos e que somente duas áreas, não só uma, foram aprovadas pela Superintendência do Serviço Penitenciários, a SUSEPE. Uma localiza-se no Distrito de São Valentim e a outra na localidade do Barracão. Esta última já foi decretada de utilidade pública, ele termina dizendo; a urgência para a construção dessa penitenciária deve-se a localização atual que é no centro do município ao crescimento dos presos da região. Salientamos que o recurso para essa construção é oriundo da União e que o prazo para a entrega dos projetos é no final do mês de maio deste ano de dois mil e sete. Portanto, é de suma importância a utilização desse processo, ou seja, ele começou com urgência e continua com urgência, e os critérios vão passando. Para encerrar, no artigo trinta da Constituição Federal, compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e ação fiscalizadora federal e estadual. E dentre as diretrizes do Ministério da Justiça, usadas pela SUSEPE, duas entram em contradição com o terreno escolhido: o terreno acidentado e a área de dez hectares. Finalizando, o parecer do Conselho Estadual de Cultura diz: em conclusão ao projeto dos

Caminhos de Pedra que já recebeu substanciais investimentos da Lei de Incentivo à Cultura LIC é merecedor de todo o apoio do Estado, não podendo ser colocado em risco pela instalação de um presídio regional. Seria de boa política que o Governo do Estado, através da SUSEPE, cumprisse a Constituição da República Federativa do Brasil e defendesse o patrimônio local e o sítio histórico do Barracão, localizando a penitenciária em outro local com menos impactos negativos e em terreno adequado. Muito obrigado. **Senhor Vilson Strapasson:** Hoje sou representante da comunidade dos Caminhos de Pedra, mas representamos também o Barracão e todo o Distrito de São Pedro. Estamos muito preocupados com a instalação do presídio nessa área. A gente está lutando há dezesseis anos. O Projeto Caminhos de Pedra começou lá em São Pedro, fomos os pioneiros na comunidade, estamos lutando junto com toda a comunidade para fazer com que esse projeto cresça. A gente entende que a instalação do presídio nessa área vai prejudicar muito o desenvolvimento, o crescimento do projeto. A gente vê que tendo o presídio nessa área acaba prejudicando muito. A gente tem informações de pessoas mais informadas do que a gente, que instalando o presídio numa rota turística o projeto acaba morrendo. Então, nós temos que lutar para não deixar acontecer isso; a gente sabe que tem outras áreas. Temos informações que a verba, por fontes seguras, não volta à União; a verba fica no Município. Nós temos mais tempo, não precisamos atropelar, vamos estudar. A comunidade de São Pedro se propõe a ajudar, buscar outras áreas. Não deixar o presídio se instalar em São Pedro, é isso que nós queremos. Temos outras opções. Então, vamos trabalhar, não podemos mudar o Plano Diretor, nós participamos. A comunidade de São Pedro foi a comunidade que participou com mais número de pessoas para montar esse Plano Diretor. Não se entende por que mudar esse Plano. Vamos estudar, pensem bem. Não somos contra o presídio, mas, sim, o local não é adequado para a instalação de um presídio. Muito obrigado. **Senhor Jaime Dal'Agnese, COMPLAN:** Realmente é difícil falar de improviso mas a única forma é essa eu acho diante das manifestações. Se nós observarmos todo andamento do processo de crescimento da cidade, leis de Plano Diretor e outras coisas mais, acho que devo falar a respeito da proposta da alteração do Plano Diretor, que opinar em relação aos Caminhos de Pedra. Tenho opinião pessoal, tenho opinião como técnico, tenho minha opinião como membro do Conselho de Planejamento, tenho minha opinião como membro do Governo do Estado, mas vou me ater somente a lei. Acho que essa proposta já me parece meio acabada, de projeto de lei que viria baseado naquilo que se está discutindo em Audiência Pública aqui, iria para a aprovação já amanhã na reunião da Câmara. Mas agora já foi mencionado que tem que passar pelo COMPLAN, tem que passar pelo sistema de planejamento de gestão e é isso que vou me ater aqui. Nós tivemos a oportunidade de passar pelo processo do Plano Diretor anterior em que o Bairro Humaitá quis, como o Caminhos de Pedra quer hoje, que não se faça o presídio nos Caminhos de Pedra. Apesar de eu achar que a localização da área pode estar na delimitação geográfica dos Caminhos de Pedra; ela não faz parte dos Caminhos de Pedra. Tenho feito muitas perguntas mesmo dentro

do Conselho e não quero falar em nome do Conselho, não fui solicitado a isso; vou falar como membro do Conselho, até porque o Conselho Municipal de Planejamento Urbanístico anterior não se reunia há mais de dez anos. Aquilo que dizia do Humaitá, a população do Bairro Humaitá queria que se fizesse apenas três andares; o novo plano permite fazer quatorze andares, houve uma mudança significativa, nem por isso a população se mobilizou para não permitir os quatorze andares. De qualquer sorte a alteração proposta pela Câmara deve, pelo Plano Diretor atual, passar pelo sistema de planejamento e gestão, é esse o nosso objetivo da vinda à Tribuna, para que não fique apenas na Audiência Pública. Porque aqui enumerei doze, quinze, dezessete que falaram, doze pelos menos são representantes da comunidade do Barracão e dos Caminhos de Pedra. Então, a Audiência Pública simplesmente não adianta muito porque não estaria se ouvindo a comunidade. A comunidade se ouve no mínimo através do COMPLAN que tem vinte e três membros que são representados pelas entidades que abrigam quase todo Município. Componentes do setor público e do Fórum de Políticas são sessenta e dois membros, acho que aí sim está uma representação da comunidade como um todo. E é preciso que isto passe por este sistema de planejamento e gestão para que seja ratificado. Eu não vou emitir opinião pessoal sobre se deva ou não fazer o presídio em Bento, mas ratifico aqui que é importante que os Vereadores se atenham a legislação, como bem disse o Doutor Getúlio e foi mencionado também pelo presidente da Comissão Vereador Mario Gabardo. **Obrigado. Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo:** Queremos esclarecer que a Câmara aprovou esta legislação do sistema de planejamento e gestão, exatamente este é o sentido e a vontade dos senhores Vereadores, de forma alguma a Câmara quer atropelar o processo democrático. Que isso fique bem claro, porque se anunciam aí fatos que não são reais, que amanhã vai ter Sessão e vai ser decidido. Nunca se pensou isso entre os Vereadores. Esclarecemos isso para que efetivamente se entenda que quem fez a legislação vai respeitar a legislação, é o processo democrático de participação da sociedade e tanto é que estamos no processo de Audiência Pública, e que a representação da sociedade, se for necessário, se o processo andar, deverá se manifestar e deliberar nos processos seguintes, ou seja, junto ao Fórum de Políticas Públicas e junto ao COMPLAN. Esta é a legislação atual e aprovada pelos senhores Vereadores. **Senhora Beatriz Paulos da ATUASERRA:** Em nome da região uva e vinho que trabalha efetivamente a dez anos e estamos no décimo primeiro ano trabalhando para as comunidades fazendo a interface entre o Poder Público e a comunidade, nós nos posicionamos diante da situação da seguinte forma: o primeiro roteiro de turismo de aventura que foi o jipe de aventura e foi o primeiro em toda a região uva e vinho aconteceu justamente nesta área, que envolvia toda essa parte que ia até o Vale do Rio Burati e passava por todas as cascatas, enfim, pelas lindas paisagens que o Nestor apresentou aqui num primeiro momento. Isto é um dado histórico, verídico e foi o grande sucesso desta natureza em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Quanto ao destino, no ano passado foram aplicadas as pesquisas, oitenta e nove por cento dos turistas, aproximadamente quinhentos mil

turistas que nos visitaram vieram por causa da paisagem. Então, é preciso termos cuidado porque este vale é considerado um dos mais profundos aqui da nossa região. Nós temos aí uma grande motivação da vinda dos turistas para a nossa região. Em virtude de grandes projetos locais e regionais Bento Gonçalves foi escolhido como um dos sessenta e cinco destinos indutores, e está entre os três do Estado repetindo aquilo que o Gilberto colocou e que o próprio Prefeito falou, mas isso tudo consiste em projetos que envolvem milhões, muitos superiores aos onze milhões de reais previstos para a construção do presídio. Que seja feito e isso é um apelo que a gente faz, que seja feito um estudo arqueológico, pois o Vale do Rio Burati, bem como o Vale do Rio das Antas são divisores dos mais importantes povos indígenas do Estado do Rio Grande do Sul, cuja prova nós já temos, ela foi realizada ao longo do rio São Marcos que desencadeia nas Antas e nós encontramos resquícios e vestígios arqueológicos da presença de povos guaranis aqui na nossa região, de oito milhões de anos atrás. Portanto, não teremos nós a pretensão, e estamos ocupando espaço apenas há cento e trinta e um anos. Vale também o estudo da fauna e flora uma vez que nós encontramos na bio-esfera mata atlântica justamente nesse espaço. Quanto ao projeto do presídio, nós nos perguntamos? Quais são os projetos que virão contemplar a inserção das famílias que, segundo dados do IFAN e buscados recentemente em todo o País, famílias migram para o seu entorno? A pergunta é para os empresários, especialmente para o CIC. Qual projeto especialmente elaborado pelos empresários para a inserção ao mundo do trabalho dos ex-detentos, uma vez que deverão permanecer em nosso Município uma grande maioria desses? Foi o que aconteceu, por exemplo, em Mariante, aqui muito próximo de nós. Para efetiva sustentabilidade de Bento Gonçalves, o Distrito já contribui com a água, possuindo ali duas bacias de captação: a do Barracão e a de São Miguel; e ainda com a central da triagem de lixo. Diante disso Senhores, é preciso pensar os suportes territoriais dentro da democracia espacial. Sensibilidade esta que a região uva e vinho requer dos Senhores nesta decisão. Muito obrigada. **Senhor Ângelo Maróstica, do Conselho de Segurança do Município:** Eu poderia falar em nome das associações de bairros, mas vou falar em nome do Conselho de Segurança Comunitária de Bento Gonçalves. O Conselho é de voluntariados que trabalham para encontrar caminhos de melhorar a segurança de Bento Gonçalves. Nesse passo, nós nos reunimos várias vezes, conversamos e nesse projeto do presídio nós entendemos que muitos defendem várias idéias, patrimônio cultural. Agora, quanto ao turismo a gente não vê o que possa prejudicar no turismo um presídio, visto que as pessoas viajam aonde tem segurança. Então, a vista de um presídio não afugenta os visitantes, o que afugenta são os bandidos soltos nas ruas. E nós estamos com o presídio abalado e nós precisamos de um presídio. Nós não escolhemos áreas, não opinamos sobre áreas, nós apenas opinamos onde possa melhorar a segurança. Vou repetir, nós não escolhemos área e nem opinamos sobre área, desde que tenha uma área para ser construído o presídio. A que a gente necessita é tirar os bandidos da rua, visto que hoje a brigada prende e logo solta por não ter onde colocar esses indivíduos. Portanto, senhores Vereadores, pensem

bem sobre esse assunto. Ouvi em defesa de áreas de sítio de lazer; não podemos em detrimento de alguns sítios de lazer prejudicar a segurança de toda uma população de cem mil habitantes. Muito obrigado. **Doutora Fernanda Ghiringhelli de Azevedo, Juíza de Direito e Diretora do Foro:** Vai ser muito difícil falar em cinco minutos, mas vou tentar ser o mais sintética possível. Primeiro lugar, gostaria de dizer que esta reação da comunidade do Barracão e Caminhos de Pedra era esperada, é o normal quando se pretende construir uma casa prisional. Nós estamos aqui com representantes da Secretaria de Segurança e com o Superintendente da SUSEPE e eles, com certeza, acompanham isso em todo e qualquer município que precisa instalar um presídio. Então, não me surpreende nada, penso que eles estão plenamente utilizando o direito deles, de fazer uso da palavra, e qualquer que fosse a área escolhida nós estaríamos aqui hoje assistindo a reação da comunidade mais próxima. Por que isso? Porque todos querem um presídio, todos vieram aqui dizer: nós não somos contra o presídio, desde que não seja perto das nossas casas. E isso é o que todas as comunidades pensam, mas infelizmente em algum lugar o presídio vai ter que se instalar. E a reação é natural, é normal. Segundo lugar, nós estamos desde dois mil e quatro trabalhando a questão da escolha da área, foi um trabalho público, aberto, acompanhado pela imprensa em todas as suas etapas. As reuniões do Conselho da Comunidade acontecem todas as últimas sextas-feiras de cada mês no presídio, desde dois mil e quatro nós estamos tratando desses assuntos. Existem vários representantes de entidades que fazem parte do Conselho da Comunidade, e várias das nossas reuniões foram noticiadas com antecedência na imprensa, inclusive a reunião do dia dezoito de junho de dois mil e quatro, quando foi formada a Comissão que passaria a escolher, localizar áreas possíveis. Mais de cinquenta áreas foram visitadas, realmente houve mais de uma aprovada; porém, não são só critérios técnicos, existiam outros critérios que foram levados em conta para a escolha dessa área, tais como o próprio preço da área. O Município vai fazer a doação dessa área que custa quinhentos mil reais ou um pouco mais, e a outra área aprovada seria um custo de cerca de três milhões de reais. Isso, então, é uma opção do Município, se tem condições de arcar com um custo tão elevado ou não. Em qualquer área que nós escolhêssemos encontraríamos entraves, encontraríamos oposição, isso é natural. Então, foi escolhida essa área, o projeto foi feito em cima desta área, o projeto encaminhado a Brasília. Vereadores, Presidente do CIC estiveram em Brasília solicitando essa verba e graças a isso Bento Gonçalves foi contemplado, inclusive o Vereador Airton foi um dos que esteve em Brasília e conseguiu essa conquista de trazer essa verba para cá. Sobre a questão se essa verba vai ser perdida ou não, pode ficar no Município ou não, temos aqui representantes da Secretaria de Segurança que tem toda capacidade de explicar e esclarecer para vocês exatamente qual é a questão. Então, não vamos ficar aqui conjecturando se nós temos autoridades aqui que tem como nos informar a respeito disso se alguém tem uma dúvida quanto a isso. Inclusive esta questão da escolha que eu disse que foi pública, toda essa procura pela área, inclusive o Ministério Público esteve

presente em todos os momentos, a Doutora Vanessa Cardoso era Promotora da Vara de Execuções Criminais na época em que se iniciaram as tratativas e ela comparecia a todas as reuniões do Conselho da Comunidade. Ela era uma Promotora extremamente atuante na Vara de Execuções Criminais. Então, o Ministério Público também desde o início acompanhou todo esse processo. Quero dizer que não vai haver todos esses danos, esse terrorismo que foi feito aqui hoje. O presídio só vai ser visto do Belvedere da Fornazier; não vai ser visto da estrada. Existe uma rota secundária pela Cohab que será utilizada pelas viaturas mais importante. Será um presídio igual ao que nós temos hoje, apenas com um número maior de vagas; continuará sendo um presídio regional que não receberá presos federais. Como se está dizendo na imprensa, talvez por desconhecimento, os presos federais que nós temos hoje são da própria Justiça Federal de Bento Gonçalves e já temos no presídio; não vai ser um presídio de segurança máxima como estão colocando. Está havendo muita desinformação, para não dizer outra coisa.

Senhor Sérgio Tormen, da Associação dos Moradores do Barracão: Eu recorro que numa reunião do dia quinze de agosto de dois mil e seis estivemos aqui e delegamos aos Vereadores a posição da Associação dos Moradores do Barracão e da comunidade contrária a construção do presídio lá. Um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas entregamos em reunião que tivemos com o Prefeito e numa Audiência Pública presidida pela Doutora Fernanda no Fórum. Ficou evidente aqui que o Barracão não é a única área que é possível a construção do presídio e por está sendo indicada como única. Se o presídio é regional vários municípios fazem parte obviamente, e a segurança pública é uma obrigação constitucional do Estado, não é do Município. A região tem que ser considerada para a questão da construção. Lembro que o IPURB fez um excelente trabalho no último Plano Diretor e que participamos de várias reuniões, inclusive no Distrito de São Pedro e os técnicos realizaram esse trabalho e temos uma lei quase perfeita e já foi colocada aqui. Estamos na frente até do Município de Porto Alegre que está pensando no IPURB. A gente tem esse instituto que é referência, tem técnicos capacitados e se posicionaram contrários porque essa área não é viável. Lembro que há pouco mais de meio século atrás quando foi construído o atual presídio havia chão batido na frente do presídio, hoje querem colocar um presídio que a projeção é de vigência de mais de cinquenta anos ou mais numa área em que a foto mostra que já tem habitação muito próxima. A gente tem que pensar no gasto público e, esta construção, acredito que antes de ser colocado o primeiro preso ela já vai estar inserida no ambiente de população, causando prejuízos na convivência. Eu conclamo os Vereadores que na hora que vão analisar esse projeto de alteração do Plano Diretor, que verifiquem bem a opinião abalizada dos integrantes do IPURB e que fizeram um excelente trabalho na hora de mapeamento do Município e mostraram com propriedade que o Barracão não é local adequado para o presídio. Muito obrigado.

Senhor Elcio Resimini Meneses: Parece que a nossa Audiência Pública tem objetivo específico de discussão sobre a alteração do Plano Diretor. É por esse motivo que estou aqui, não para discutir conveniência em instalação do presídio e

sequer sobre áreas. Isso é uma discussão que me parece passada e entregue neste momento à decisão judicial, e por isso me parece que precuiu para nós do Direito essa discussão. A minha preocupação que me traz nesta Tribuna diz respeito a proposta de alteração do Plano Diretor, para especificamente incluir esta área como zona institucional. É uma questão específica do lote quarenta e quatro e por essa razão preocupa a quem está morando já a dez anos aqui e construindo junto com vocês a história dessa comunidade, que nós estejamos a discutir a alteração legislativa porque abrimos nisso um precedente significativo e perigoso. Acho que nesse aspecto a Câmara de Vereadores que hoje faz tramitar o Projeto de Lei nº 131, de dois mil e oito, deve estar bem atenta para a questão técnica da matéria, e esta é a preocupação que tenho, e a partir do momento que eu vi esse projeto em tramitação eu busquei, junto aos técnicos, aí estamos falando de arquitetos, engenheiros enfim, que pudessem fazer uma análise prévia da necessidade da mudança do Plano Diretor neste aspecto do zoneamento. E nisso senhores que eu quero alertar, não sou da matéria, não sou técnico, apenas busquei informações, mas nisso quero dizer, nesta Audiência Pública que diz respeito a mudança do Plano Diretor, especificando um determinado lote para zoneamento institucional que estará a descaracterizar por completo não um projeto histórico cultural, não é esta a matéria sendo tratada, mas sim, um zoneamento construído pelo Plano Diretor. Esse é o cuidado e essa é a responsabilidade que me parece, dos Vereadores, hoje muito importante para efeito de levar adiante um projeto de lei que hoje pelo que está escrito, e aí faço das minhas palavras a do Doutor Getúlio, nós precisamos realmente conhecer a legislação, pelo que está escrito na legislação de hoje, não há necessidade da mudança do Plano Diretor. Hoje, o local permite pelo Plano Diretor a construção do presídio, e por isso tornar o único lote, descaracterizando contexto geral daquela região um único lote como zona institucional estará abrir o precedente de no futuro, não tendo mais sentido mantê-lo como sítios de lazer, nós permitimos lá também que se torne uma zona industrial. Esse é o risco futuro para que o Município precisa acordar, que os Senhores Vereadores que hoje têm tramitando aqui um projeto de lei para alterar o Plano Diretor, embora todo processo democrático que venha pela frente, este projeto de lei, me perdoem, mas parece desnecessário, porque está escrito no Plano Direto de hoje a possibilidade de zoneamento, onde lá pode sim ser construído um presídio. E nisso não vai o mérito da questão no que diz respeito a conveniência ao patrimônio a ser atingido ou ao patrimônio mais importante que estamos hoje a discutir, isso está entregue ao Poder Judiciário. Assim como fizemos na questão dos mananciais, assim como se alterou aqui nesta Casa o distanciamento de parte deles, e que foi revisto pelo Tribunal de Justiça num processo legítimo e declarada a sua inconstitucionalidade, assim também me preocupa que o retrocesso social pela mudança desse único lote, tornando zoneamento institucional, possa também gerar pelo retrocesso social mais uma discussão de constitucionalidade. Nós não queremos novas discussões, ninguém quer, certamente, nem o Poder Judiciário, nem o Ministério Público, nem as entidades que

aqui fazem parte dessa Sessão. É por isso, senhor Presidente dessa solenidade e desta Comissão, que eu faço parte, nesse momento dessa discussão tão somente para sugerir, pessoalmente, como cidadão, que se faça revisão desse projeto de lei, que não se leve nem se quer à discussão do sistema de planejamento, que não se leve à discussão do Fórum, porque esse projeto de lei é desnecessário pela concepção técnica do local onde está inserido à discussão dessa nova casa penitenciária. Era isso, e não na questão do mérito, muito embora saúdo a todos vocês que estão aqui, porque é assim que se faz a democracia, desta forma, com manifestações populares. E por isso fica o meu abraço a todos e o meu muito obrigado. **Senhor Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo:** Queremos esclarecer que a Câmara ao propor essa Audiência Pública e ao propor o projeto, não quer dizer que a Câmara vai levar adiante o projeto; poderá levá-lo ou não, vai depender, inclusive, de outras instâncias de poder. Portanto, fica claro aqui que poderá a Câmara decidir pelo arquivamento do processo, mas também poderá buscar-se ouvir outras instâncias de poder, para assim prosseguir ou não. Queremos deixar bem claro isso, para que não se diga que a Câmara vai levar adiante de qualquer jeito, atropelando os espaços democráticos ou de qualquer forma essa questão. A Câmara está aí para ouvir, sentir a comunidade e esse espaço democrático que hoje foi aberto, exatamente, queremos parabenizar a todos que aqui vieram se manifestar, assim podemos ouvi-los, se não fosse isso talvez nós não tivéssemos esse espaço de Audiência Pública, de ouvir a comunidade Bento-gonçalvenses. Então, queremos agradecer a todos que estão se manifestando. **Senhor Geraldo Bertolo, Superintendente da SUSEPE:** A comunidade de Bento Gonçalves está de parabéns, uma Juíza tão jovem e tão competente. Entendo que, como a Doutora Fernanda bem colocou, os senhores estão no legítimo direito de defender os seus interesses particulares. Mas eu gostaria de ouvir aqui alguém que nunca ouvi nesse momento; eu gostaria de ouvir aqui os apenados. O que será que eles estão pensando disso? Eles são munícipes, eles moram nessa cidade, deveriam também ser ouvidos, eles e seus familiares. Como se disse, a construção de um presídio em Bento Gonçalves não é algo recente. A Doutora Fernanda falou em dois mil e quatro, mas Doutor Petry falou que há dezesseis anos se discute a construção de um presídio em Bento Gonçalves que dê condições adequadas aos seus apenados. Os presos são de Bento Gonçalves, já estão aqui instalado os seus familiares. Portanto, não se altera a situação, apenas a idéia de se dar melhores condições, condições humanas a esta gente que em dado momento, por culpa, talvez da família, talvez da comunidade, talvez da sociedade, por culpa talvez dessas entidades, que eles hoje estão lá verdadeiramente amontoados. E não foi por outra razão, certamente, não foi por outra razão, porque o Ministério pediu e a Justiça, na pessoa da Doutora Fernanda, interditou aquele estabelecimento prisional. Os motins só ocorrem em função das péssimas condições em que são submetidos os nossos apenados, e a super população, como é o caso de Bento Gonçalves, é uma das razões e dos motivos disso ocorrer. Também já se disse aqui que não haverá outra área, se há dezesseis anos se postula isso, e se houvesse outra área técnica ou financeiramente

possível, certamente, as autoridades e esta Casa já teriam apontado. Entendo que o momento de discussão de outra área já passou, é fato passado. E mais, não se pode transferir esses recursos, porque a verba é específica para o Município de Bento Gonçalves. Se falou no prazo, pois bem, o prazo final venceu em abril, nós conseguimos, excepcionalmente, uma prorrogação por trinta dias, para que se possa apresentar a documentação. Está é a urgência, Senhor Prefeito, nós precisamos apresentar a documentação ainda até meados desse ano, sob pena de perdendo, sim senhores, perdermos esses recursos. No que diz respeito ao projeto, eu entendo que esta Casa é o lugar de se aperfeiçoar as leis, portanto, se esta Casa entender que esse projeto é viável, é possível, pode ser e pode significar o aperfeiçoamento de um projeto, de uma lei que existe. Assim, eu entendo que o Legislativo, que a missão do Legislativo é essa: aperfeiçoar as leis. Vejo que o meu tempo está esgotado. Agradeço a oportunidade e fico à disposição para alguns questionamentos, se necessário poderei prestá-los. Muito obrigado. **Senhor Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo:** Eu creio que essa questão de questionamentos, nós iríamos longe demais, de repente, mas poderão conversar individualmente, posteriormente, ou senão vamos abrir um espaço limitadíssimo para perguntas e respostas abreviadas, porque senão vamos a discursos aqui. Estamos quase encerrando, podem jogar as perguntas no ar, quem sabe. **Doutor Alexandre Schneider:** Eu gostaria apenas de esclarecer que a atuação do Ministério Público Federal, nessa resolução, vamos dizer assim chamada, conflito, com relação a construção do presídio municipal, se dá na medida em que nós temos o empenho de uma verba de natureza federal, do Fundo penitenciário federal. E aqui, talvez, é o momento para esclarecer a origem das receitas que formam o Fundo Penitenciário Nacional, notadamente integrado pelo pagamento das multas pecuniárias impostas em sentenças criminais transitadas e julgadas, ou seja, os nossos criminosos, que cometem crimes, são julgados tanto pela justiça estadual quanto federal, as penas pecuniárias que são impostas são recolhidas a esse Fundo Penitenciário Nacional. Nada mais justo, então, que essas verbas retornem na forma de aprimoramentos e criações de novos estabelecimentos prisionais, para o perfeito ou melhor cumprimento da pena privativa de liberdade, da prisão. Além disso, as receitas de loterias federais, chamados concursos de prognósticos, três por cento dessas receitas também integram o Fundo de penitenciária nacional. Quando deflagrado os últimos conflitos que ocorreram no presídio municipal atual, o Ministério Público Federal vem acompanhando, ainda que não de forma tão proativa, mas mais como espectador, essa questão da resolução desse problema. Estávamos eu, a Doutora Fernanda, Doutora Vanessa Bom Schimidt e o Doutor Marcelo Ribeiro, Procurado de Justiça Criminal em Porto Alegre, num encontro acadêmico que ocorreu aqui em Bento, em meados de maio de dois mil e seis, se não me falha a memória, Doutora Fernanda, e que nós aventamos a possibilidade de atuação do Ministério Público Federal em provocar o FUNPEN para o destaque desta verba para a construção de um novo estabelecimento prisional em Bento Gonçalves. Superada essa fase o empenho da comunidade

local em conseguir o destaque dessa verba, o foco de atuação do Ministério Público passa a ser outro, passa a ser o acompanhamento na execução financeira dessa verba que foi destacada. E aí vem a questão: Poxa, existe um convênio, qual é o prazo da execução desse objeto, desse convênio? E nós estamos já com procedimento em acompanhamento desde o final de março, início de abril quando ocorreu uma reunião no Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, acompanhando a questão da execução dessa verba federal FUNPEN. Então, o que se põe nesse momento me parece, e aqui também como vários que prestaram o seu depoimento tenho a minha opinião pessoal também formada, mas, como operador do Direito nós temos que seguir a legislação e a Constituição. Presídios ninguém quer perto da sua casa, mas é uma situação que deve ser profundamente meditada. O FUNPEN, no momento em que destaca esta verba para a construção desse estabelecimento prisional manifesta formalmente, e de acordo com a legislação, a sua convicção, ou seja, de que Bento Gonçalves precisa de um presídio. E aí há pouco fui indagado por um veículo de imprensa: "Poxa, mas se essa verba não for utilizada, o que acontecerá"? E aí vem o meu depoimento pessoal: em Brasília quando se trata de execução financeira e orçamentária, Bento Gonçalves é mais um ponto no mato; no momento em que o FUNPEN recebe a informação de que Bento Gonçalves não quis executar aquele convênio, não quis utilizar aquela verba, não quis gastar aquele dinheiro que ele destacou, paciência, tem gente na fila aguardando a sua vez. Então, aqui não se faz nenhuma contribuição aumentar a polarização pró ou contra patrimônio histórico cultural, não é isso, eu sou defensor do patrimônio histórico cultural, temos ações civis públicas manejadas inclusive contra empresas multinacionais que criaram danos ao patrimônio histórico cultural no Município vizinho de Santa Teresa, mas temos que cuidar também da questão penitenciária. É apenas o testemunho e para dizer que essa questão do prazo final, do termo final para o cumprimento desse convênio, a execução dessa verba federal está sendo atentamente acompanhada pelo Ministério Público Federal e poderemos intervir, se for o caso, eventualmente, numa negociação frente ao FUNPEN, apesar de não estar inserida esta função dentro das atribuições ordinárias do PAC, mas poderemos inserir porque segurança pública é compromisso de todos. **Senhor Antônio Padilha, Secretaria da Segurança Pública:** Minha fala sobre algumas questões bem pontuais e uma delas, seguindo a fala do Doutor Alexandre, diz respeito a essa utilização dos recursos destinados para a construção do estabelecimento prisional. Como já foi dito aqui pelo Doutor Bertolo, mas é importante frisar porque isso foi questionado e algumas das falas que nos antecederam, o prazo para que o Estado apresentasse documentação necessária e a execução dos recursos para a construção desse estabelecimento venceu no final do mês de abril. Solicitamos excepcionalmente a prorrogação desse prazo por mais sessenta dias porque a gente sabe que esse assunto está sendo discutido, e a presença dos senhores e senhoras aqui hoje é uma demonstração muito clara disso, só que nós precisamos evidentemente observar o que reza a legislação. Ou o Estado se utiliza e demonstra claramente que vai ser utilizado esse recurso ainda neste exercício financeiro, ou Bento Gonçalves e o Estado,

por conseqüência, não terá mais esse recurso a disposição para a construção deste estabelecimento. Isso é uma questão própria da legislação orçamentária e que deve ser observada. Houve o empenho e a assinatura de um contrato de repasse para que esse recurso começasse a ser utilizado ainda nesse exercício financeiro e até o momento isso não ocorreu. É importante também dizer que a segurança pública e aqui vejo representantes da Brigada Militar e acredito que a Polícia Civil também com o Doutor Maitelli, é dever do Estado, e quando se fala em Estado se fala Estado lato sensu, União, Estados e Municípios, e também direito e responsabilidade de todos onde se insere a comunidade organizada. É importante referir também que muitas vezes se levantam muitas vezes contra esse tipo de empreendimento, e a gente sabe, isso é fato, que alguns estabelecimentos penitenciários, salvo essas construções ao longo do País, há, sim, uma concentração de familiares no seu entorno. Só que eu me arrisco a dizer que isso não ocorrerá em Bento Gonçalves, porque os apenados são de Bento Gonçalves, são famílias já instaladas nesse Município que por uma ou outra razão acabaram cometendo um desvio de conduta, não se inserindo nas normas de convivência. É importante que nós tenhamos a clareza deste assunto, porque muitas questões são levantadas sem o conhecimento, como por exemplo, foi dito pela Doutora Fernanda, de que tem se dito que presos federais, presos perigosos irão para esse estabelecimento, o que, efetivamente, não é verdadeiro. Isto, sim, eu diria que é um terrorismo, se está lançando afirmações falsas para preocupar desnecessariamente a população de Bento Gonçalves. Exemplo disso, pegando a fala do Doutor Alexandre, a União procura construir uma quinta penitenciária federal, e essa penitenciária estava direcionada para um Estado específico no planejamento orçamentário da União, não ocorreu porque aquele Estado não se organizou e não apresentou documentação própria para a construção daquele estabelecimento. Rio Grande do Sul já se lançou como candidato para a construção de uma penitenciária federal, e o fará tão logo os recursos sejam liberados, no Município de Guaíba. Então, se nós tivermos presos federais poderão ser encarcerados no Município de Guaíba e não em Bento Gonçalves. É bem importante referir que os presos federais são de Bento Gonçalves, hoje. Os estudos da Secretaria de Segurança e da Secretaria de Cultura já foram carreados ao inquérito civil, hoje transformado em ação cível pública, lá já há manifestação técnica do Estado, com o seu entendimento de que a construção desse estabelecimento, com as medidas mitigadoras, não colocará em risco o patrimônio turístico, cultural do Município, do Estado em última análise. É de se perguntar, por que será que a penitenciária de Bento Gonçalves, hoje encravada no centro do Município, com super lotação, até hoje não colocou em risco o turismo nesse Município tão pujante? Por que será que uma penitenciária com estabelecimento adequado e acolhendo os apenados de maneira correta, irá colocar em risco? Eu agradeço e nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos. **Excelentíssimo Senhor Prefeito Alcindo Gabrielli:** Realmente é um assunto bastante polêmico, mas creio que o espaço competente, o Fórum competente é realmente esse para discutir esse assunto, muito embora, nós temos

uma Audiência Pública que versa sobre um Projeto de Lei Complementar, de autoria da Câmara de Vereadores. Com relação a isso aí eu já expressei minha posição lá no Gabinete, vou expressar novamente aqui na Audiência Pública. Entendemos, com todo respeito aos senhores Vereadores, como há o respeito com o Poder Executivo, não posso fazer qualquer reparo em relação a isso, mas esse projeto de Lei Complementar não resolve a atual situação, creio que na verdade complica ainda mais. Não posso dizer que não levou a nada, porque nós estamos hoje aqui discutindo, estamos aqui colocando as nossas opiniões. Opiniões que são as mais polêmicas possíveis, nós respeitamos a todos. Aqui, nós estamos dizendo que dentro das próprias instituições que tem interesse ou que não têm interesse da instalação do presídio, existem divergências. Muitas vezes esta divergência está na própria consciência, mas nós precisamos tomar definições. Eu só quero fazer três colocações, porque foi citado o Poder Público Municipal, o Executivo. Realmente há um trabalho importante, houve, e está havendo e vai haver, mas realmente lá foram alocados recursos públicos, municipal, estadual, federal, da Lei de incentivo a Cultura, lá nos Caminhos de Pedra. A questão de bônus, nós na verdade conversamos, De Paris, com a comunidade. Não estou dizendo que a partir do momento que nós colocamos a possibilidade de medidas compensatórias, eu não sei se o termo é correto, é bônus, mas nós colocamos. E quando nós colocamos, não quer dizer que a comunidade deveria ou não deveria aceitar. Mas essas alternativas foram colocadas. A questão de empresas que estão saindo não é bem a verdade. Eu estou vendo que as empresas que estão saindo são de outros municípios aqui no entorno. Eu não quero citar, mas várias saíram. Eu não vi empresa sair de Bento; ao contrário, as empresas querem vir para Bento Gonçalves. A questão da segurança pública foi aqui colocado, que realmente a Constituição fala que a segurança pública é dever do Estado, lato sensu, que ela seja lato sensu também quando é para botar recursos nos municípios, porque eu não tenho visto até agora. Mas, é a responsabilidade de todos nós, e nós estamos, creio eu, fazendo a parte que cabe ao Município. Projeto de Lei: Essa semana o Vereador Mario esteve lá conversando conosco, com uma Comissão, e eu cheguei a conclusão de que era o único que pensava daquela forma. Tinha remetido um projeto de lei para cá. No momento em que eu ouvi e vi que realmente não era condizente o projeto de lei, assumi o compromisso de retirar esse projeto de lei, já assinei, já foi retirado. Portanto, entendam que, muito embora, a discussão salutar, esse projeto de lei complementar não auxilia na discussão e na solução do presídio regional. Essa é a minha posição. E realmente havendo, e eu respeito, a aprovação desse projeto de lei complementar, o Prefeito Municipal, cabe a ele, não sancionará esse projeto de lei complementar. A Câmara de Vereadores está cumprindo com o seu papel de discussão, enfim, de verificar meios para a solução desse problema. O Município dentro das suas atribuições procedeu como foi solicitado. Na verdade, como foi dito aqui, esse é um problema que existe há mais de quinze anos, e não é só esse, coube ao Poder Público Municipal. Hoje, estamos fazendo o que foi solicitado. A partir daí a discussão está sub

judice, e sub judice que se decida. Um grande abraço. Obrigado.

Senhor Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo: Nós agradecemos a manifestação do Senhor Prefeito Municipal Alcindo Gabrielli, de todos os que se manifestaram. Queremos dizer que a Câmara Municipal de Vereadores, através da Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, abriu esse espaço para ouvir. Poderá a Comissão de Obras manifestar-se dando parecer pelo arquivamento do Projeto, poderá assim proceder, vai depender de uma reunião entre os senhores Vereadores. Também queremos dizer que a questão posta em debate hoje é o processo democrático onde a Câmara ouviu, aprendemos, evoluímos nos conhecimentos, nas informações e especialmente parabenizar a comunidade organizada do Barracão e de São Pedro. Parabéns aos senhores e senhoras da população Caminhos de Pedra. Dizer que vi gente aqui solicitando mais espaço de tempo, especialmente a Doutora Juíza, autoridades, mas procuramos nesse espaço limite, e queremos pedir escusas, mas que compreendam que nosso espaço da participação popular da Audiência Pública é limitado e com tratamento sem diferenciações. Portanto, queremos agradecer mais uma vez aos senhores e senhoras. Dizer que a discussão poderá ser renovada, mas também poderá ser encerrada aqui junto ao Poder Legislativo, porque o Poder tem condições, poderá rever o Plano Diretor, assim como os senhores Vereadores. Diante de todas essas manifestações, certamente nós vamos nos reunir e rever nosso posicionamento, porque houveram outras e outras manifestações antes da proposta apresentada pelos colegas Vereadores. Queremos agradecer a todos que transformaram esse espaço da Audiência Pública num espaço democrático e popular. Muito obrigado. Não havendo mais pronunciamentos a serem feitos, o Senhor Presidente da Comissão, Vereador Mario Gabardo, deu por encerrada a presente Audiência Pública, quando eram onze horas e trinta minutos, determinando que se lavrasse a presente Ata, que vai assinada pela Comissão de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas. Sala das Sessões, aos doze dias do mês de maio de dois mil e oito.

OBITOS

Leonidio Bussolotto, em 13 de abril aos 79 anos.
Leonilda Colognese Pertille, em 12 de abril aos 76 anos.
João Peixoto Figueiredo, em 14 de abril aos 69 anos.
Liberia Fabris da Silva, em 15 de abril aos 72 anos.
Celino Gireli, em 15 de abril aos 65 anos.

Leonilda M. G. Fracalossi, em 16 de abril aos 88 anos.
Irma Leonilda Mattevi Zanetti, em 16 de abril aos 89 anos.
Lydia de Oliveira Ramos, em 18 de abril aos 83 anos.
Angélica Salini, em 16 de abril aos 23 anos.
Neiva B. Arnuti Vidal, em 20 de abril aos 50 anos.

Prazo para declarar Imposto de Renda termina dia 30

O prazo para a entrega da declaração do Imposto de Renda se encerra na semana que vem, e os últimos dias têm sido de trabalho intenso para contabilistas e seus escritórios-assessores contábeis. Segundo eles, o trabalho tem transcorrido dentro da normalidade mas tem aumentado nas últimas semanas, já que sempre tem os que deixam para a última hora. "Cerca de 20% dos nossos clientes ainda não vieram, sendo

que o prazo termina dia 30", afirmou na terça-feira desta semana, o contador Lindor Salvador.

Para quem está pensando na possibilidade de uma prorrogação do prazo, o contador Mauro Milani alerta "De uns anos para cá, o prazo não é mais prorrogado".

O envio das declarações pela internet tem facilitado muito o serviço, já que a Receita Federal disponibiliza dois

programas para efetuar-lo. "Mesmo assim, recomendamos que enviem o mais cedo possível, pois muita gente deixa para os últimos dias e o sistema congestionado", recomenda José Carlos Mouro, da Centrotec. Para quem caiu na malha final no ano passado, o dado aparece no recibo da entrega, mas não gera, necessariamente, maiores problemas para este ano. Mas ele recomenda: quem ainda não fez sua

declaração, o melhor é correr. Outro alerta importante é que a Receita Federal é forte alvo de mensagens falsas, na internet. E-mails comunicando "erros na declaração e que outra, retificadora, deve ser enviada", ou que o CPF está cancelado geralmente são vírus e devem ser deletados imediatamente. O órgão lembra que não envia e-mails sem a autorização do contribuinte e nem autoriza conveniados a fazê-lo.



SERVIÇO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE BENTO GONÇALVES
GERSON TADEU ASTOLFI VIVAN - Oficial Registrador

EDITAIS DE CASAMENTO

Faça saber que se habilitaram para casar neste Serviço de registros:

Edital n. 14.654- GABRIEL POLETTI LUCHESE, solteiro, advogado, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e MOEMA ZANCHIN SALDANHA, solteira, funcionária pública estadual, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.655- SÉRGIO BARROS BANDEIRA DE MELLO, divorciado, comunicação social, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e ROSA MARIA DA CRUZ, divorciada, professora, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.657- IVO FRANCISCO LAZZARI, divorciado, professor, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e ISABEL JOANA FORPA, solteira, professora, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.660- JONES LUIZ ARALDI, solteiro, carteiro, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e MAQUÉLI BANDEIRA, solteira, auxiliar de limpeza, residente e domiciliada em Bento Gonçalves.

Edital n. 14.661- CÁSSIO REGINATO, solteiro, empresário, residente e domiciliado em Bento Gonçalves, e KETLYN ROSE MOMBACH, solteira, publicitária, residente e domiciliada em Garibaldi.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.
Bento Gonçalves, 22 de abril de 2008.

GERSON TADEU ASTOLFI VIVAN
Oficial Registrador.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

EDITAL

A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara, em seu capítulo IV, Art. 130 e Parágrafos, e Art. 131, FAZ SABER a todos os interessados que, deram entrada na Câmara Municipal para apreciação e deliberação dos Senhores Vereadores, os seguintes Projetos de Lei Complementar:

- nº 002/2008 - Cria cargo no Quadro dos Cargos de Provedor Efetivo do Município (de origem Executiva);

- nº 004/2008 - Altera, com fundamento no Artigo 336-A, da Lei Complementar nº 109, de 02 de abril de 2007, o zoneamento do Plano Diretor, com a finalidade de construção do presídio regional (de origem Legislativa);

Os mesmos iniciaram a tramitação nas Comissões Técnicas, até o final em votação pelo Plenário. No teor do que dispõe o Parágrafo 1, do Art. 130 do Regimento Interno da Câmara, fica ciente a sociedade civil organizada, que tem 10 (dez) dias para apresentação de emendas, se o desejar, a partir deste presente edital. Os projetos e anexos se encontram a disposição dos interessados na Secretaria desta Câmara. Bento Gonçalves, 25 de abril de 2008.

Vereador IVAR LEOPOLDO CASTAGNETTI
Presidente

CÂMARA

Alterações na lei para compra da área do presídio são aprovadas

Os vereadores aprovaram na última sessão, alteração no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, autorizando o Executivo a abrir um crédito de R\$ 550 mil. Os recursos serão utilizados para aquisição da área no lote nº 44, da Linha Palmeiro, no distrito de São Pedro, para construção

do novo presídio regional.

O segundo projeto de lei aprovado autoriza o Município a firmar convênio com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, delegando competência para o licenciamento e fiscalização florestal a serem desenvolvidas no âmbito do Município. O docu-

mento autoriza o Município a realizar a gestão florestal, nas atividades e empreendimentos localizados no Município, também, visa estabelecer procedimentos com vistas à preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

No último projeto analisado

em plenário, os parlamentares aprovaram a liberação de um imóvel de 2.600 metros quadrados, localizado no Lotamento Aroirins. De acordo o projeto encaminhado pela Prefeitura à área será destinada para construção de uma escola municipal, com capacidade para atender 150 crianças.

APÓS CANCELAMENTO

Provas do Concurso Público serão neste sábado

Acontecem neste sábado, dia 26, as provas do Concurso Público 01/2008 para os cargos de Auxiliar de Bibliotecário, Auxiliar de Educação Infantil, Auxiliar de Odontologia, Auxiliar de Serviços de Obras, Eletricista, Encanador, Higienizador, Motorista de Ambulância, Operador de Máquinas, Secretário de Escola e Tesoureiro. Os testes serão aplicados no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - Cefet.

A prova estava marcada para o dia 12 de abril, mas não foi realizada

por problemas operacionais ocorridos, de responsabilidade da empresa Objetiva, vencedora da licitação para realização do Concurso Público 01/2008.

Os candidatos inscritos devem comparecer com antecedência de uma hora ao local das provas, munidos de documento de identidade que originou a inscrição e documento de inscrição no Concurso, entregue quando do ato de inscrição, bem como caneta esferográfica azul ou preta, de ponta grossa.

PINTO BANDEIRA

Unidade de Saúde ganha Gabinete Odontológico

A Unidade de Saúde do Distrito de Pinto Bandeira conta a partir desta semana com Gabinete Odontológico para atendimento da comunidade. A primeira consulta foi realizada na manhã desta terça-feira, 22. O Gabinete é equipado com cadeira, equipamento, aparelhos, instrumental e material necessários para atendimento básico. O atendimento é feito gratuitamente mediante agendamento na própria

Unidade e será realizado de segunda a quinta-feira, totalizando cinco turnos por semana. Na instalação do Gabinete a Secretaria Municipal da Saúde investiu aproximadamente R\$ 15.000,00. O objetivo é proporcionar maior acesso da população ao serviço, sem a necessidade de deslocamento, além da melhoria na qualidade de vida através do tratamento preventivo e curativo dos problemas bucais.

enprec

ENGENHARIA, PROJETO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Marcos A. Bastiani

Eng. Civil - CREA 29766



Fone: 3055 7711

Galeria Solar - Sala 406 - Centro

Fernando Camerin

Advogado
OAB/RS - 71614Rua Visconde de São Gabriel, 396 - Sala 77
Ed. Centro Profissional São Rafael
Fone: (54) 3055.2877
e-mail: fernandocamerin@gmail.com

Bento Gonçalves - RS